



MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

ACTA N.º 6

Sessão Ordinária Fevereiro

1.ª Reunião de 28/02/2014

Aos vinte oito dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, António do Pranto Nogueira Leite, secretariado pela Primeira Secretária Maria José Teixeira de Morais Afonso França, e pelo Segundo Secretário, Jorge Carvalho Arroiteia, e com a presença dos Vogais, Henrique Manuel Morais Diz, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, Silvestre Paiva Martins, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes e Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Maria Leonor Nunes dos Reis, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Paulo Alexandre Florentino Marques, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Antero Marques dos Santos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Maria Cristina Regales de Jesus Pires, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, João Carlos Rodrigues Morgado, Jorge Manuel do Nascimento, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Henrique da Rocha Vieira, Ivar Jorge Alves Corceiro, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.⁰⁰¹

Pelas 20:45 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião faltou o vogal Carlos Manuel Silva Santos.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel de Almeida Campino, e os Vereadores, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Jorge Manuel Mengo Ratola, Luís Miguel Capão Filipe, Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, António Manuel Soares Nogueira de Lemos, e Paula Cristina Dias Urbano Antunes.

Não esteve presente a Vereadora: Rita Alexandra Verdade da Encarnação.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Victor Manuel da Silva Martins, e Gonçalo Nuno Caetano Alves, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Bruno Miguel Ribeiro Costa e Maria Leonor Nunes dos Reis.⁰⁰²

Os sucedâneos na lista de candidatura, Olinto Henrique da Cruz Ravara e João Carlos Martins Valente, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

A seguir o Presidente da Mesa leu a “*Ordem do Dia*” para esta Sessão Ordinária de Fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. - Informação do Presidente sobre a Atividade Municipal de 17DEZ13 a 21FEV14;

Ponto 2. - Apreciação e votação da Estrutura Nuclear e da Estrutura Flexível da Organização dos Serviços Municipais do Município de Aveiro;

Ponto 3. - Apreciação e votação dos Contratos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia em matéria de Educação;

Ponto 4. - Apreciação e votação do acordo de pagamento da dívida à empresa “Informática El Corte Inglés, SA”;

Ponto 5. - Apreciação e votação das seguintes Moções:

a) Em defesa da ERSUC como empresa pública e da participação da Câmara Municipal de Aveiro na ERSUC;

b) Em defesa da EGF como empresa pública.

Continuando, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as actas das reuniões⁰⁰³ das sessões anteriores, em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia:

Acta n.º 03 – Sessão Extraordinária de Novembro: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta votos a favor, duas abstenções, e zero votos contra.

Acta n.º 04 – Sessão Ordinária Dezembro: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com vinte nove votos a favor, três abstenções, e zero votos contra.

Acta n.º 05 – Sessão Ordinária Dezembro: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta um a favor, uma abstenção, e zero votos contra.

De seguida o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Vogal Paulo Marques para apresentação de um voto de louvor a D. António Francisco dos Santos, Bispo de Aveiro.

Presidente da Mesa:⁰⁰⁴

“Tenho aqui na Mesa um pedido para apresentação de um voto de louvor, subscrita pelas bancadas do PSD e CDS, a D. António Francisco dos Santos, Bispo de Aveiro. Vou dar a palavra ao primeiro subscritor.”

(Deu entrada na sala a Vogal Susana Cristina Chaves Baptista Esteves)

Vogal Paulo Marques (CDS):⁰⁰⁵

“Em primeiro lugar boa noite Senhor Presidente, restantes membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, vereação, colegas de assembleia e público presente. Apresentamos, PSD e CDS, um voto de louvor em honra de D. António Francisco, que não é nada mais nem nada menos que dizer um muito obrigado a uma pessoa simples. E isso será feito através da leitura do seguinte texto:

«A D. António Francisco dos Santos, Bispo de Aveiro.

Cabe a esta Assembleia cumprir a redação de um obrigada, que não se esgote no elogio a um prelado, que pese embora não o termos escolhido, provou ser mais do que ambicionávamos necessitar.

No acaso da sua nomeação, não provamos o gosto do sortilégio mas a fortuna da verdade.

Na rarefação da autenticidade ele foi, deveras, a verdade com certeza.

Se os Aveirenses não o escolheram para vir, também não deram consentimento para que partisse e, se crentes, não contestamos a territorialização da fé, regozijados, sabemos-nos presentes no seu coração e na sua oração, esteja ele onde estiver, pelo tempo que estiver.

Na sua partida para outra diocese, não nos acredito magoados nem obstinados no descontentamento mas sabemos o quão cientes estamos do trabalho não acabado, da dúvida do que dele permanecerá insubstituível.

D. António Francisco fosse para os que o conheceram sempre, seja para os que o conheceram mais recentemente, viveu connosco uma igreja sem imposição de condições prévias, construiu pontes de diálogo, cerziu pedaços de vida que nos fizeram retomar o significado da dádiva, da dedicação da palavra doce e singela, do apaziguamento do desconcertado corpo e da alma.

D. António Francisco fez transbordar de intenção uma fé que esmorecia, uma indiferença que enquistava os corações na desavença.

Não fez grande caso da imponência, da palavra exaltada, da homilia ruidosa, acusadora e, ao invés de pregar sermões, viu e disse com voz calma ou a calma na voz, que há mais coisas positivas na vida que negativas e, que ao compreende-las como fundamentais, elevaríamos a nossa generosidade, a alegria e o orgulho de sermos palavra de Jesus Cristo.

Aconteça o que acontecer, fica clara a imperiosa obrigação de darmos continuidade ao seu exemplar testemunho da fé.

D. António Francisco, um imenso bem-haja!

Os vogais do PSD e do CDS convidam as demais forças políticas a associarem-se a este Voto de Louvor, nunca justa e sincera homenagem a D. António Francisco dos Santos.»

Vogal Filipe Brandão (PS):⁰⁰⁶

“Senhor Presidente, duas notas, muito breves, a primeira à pessoa de D. António Francisco dos Santos e dizer que gostosamente nos associamos a qualquer manifestação de reconhecimento pela sua ação na Diocese de Aveiro — e queria dar publico conhecimento do meu apreço pessoal, se me é dada a oportunidade de me pronunciar a título pessoal.

Relativamente ao título deste voto de louvor, que obviamente nós não nos oporemos a ele, mas sugeria a possibilidade de ter a oportunidade de alterar a sua redação, não apenas por alguns erros de concordância que manifestamente surgem. “um obrigada” não me parece ideal emanado de uma Assembleia Municipal. E também acho despropositado uma referência ao facto de “não o termos escolhido” – a designação dos membros do Clero obedece a lógicas que não tem nada a ver com as da representatividade.

Portanto, se puder vir a ser elaborado um texto que expressa-se a vontade institucional da Assembleia penso que resultaria melhor. Se não houver essa abertura, evidente que nada obstoremos a ele, mas não creio que seria a melhor forma de expressar a posição da Assembleia Municipal de Aveiro — que repito, é de inteira justiça que faça referência aos méritos de D. António Francisco, neste momento da sua saída.”

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰⁰⁷

“Apenas gostaria dizer que o PCP não condena este voto de louvor, mas não se associa a ele.”

(Entraram na sala os Vogais Mónica Filipa Cristovão Gomes e António Ildebrando Nunes Costeira)

Presidente da Mesa:⁰⁰⁸

“Eu na minha qualidade de Presidente gostaria de ver, se fosse possível, se houvesse entendimento, que houvesse apesar de sabermos que há pelo menos um grupo municipal que vai ficar de fora por razões que respeitamos.

De qualquer das formas se fosse possível, até dado à figura que se trata, se fosse possível haver aqui um consenso eu acho que era sempre melhor do que um louvor em que nem todos se sintam reconhecidos. E portanto, fica a minha sugestão, mas obviamente que os grupos são soberanos.”

Vogal Paulo Marques (CDS):⁰⁰⁹

“Senhor Presidente, como isto não tem teor político, é apenas um reconhecimento, estamos obviamente disponíveis para transformar o texto mais institucional e, portanto, é uma questão de em comissão de líderes ou outra oportunidade ou na próxima assembleia trazer um texto consensual ou se entendermos interrompemos.”

Presidente da Mesa:⁰¹⁰

“Não. Acho que confiamos e, portanto, acolhia essa sugestão de trabalhar-se a seguir e julgo que é melhor do que qualquer outra forma.”

Continuado, o Presidente da Mesa nos termos regimentais deu início ao *Período de Antes da Ordem do Dia*, dando conhecimento dos tempos que cada grupo municipal pode utilizar de acordo com o Regimento.

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰¹²

Presidente da Mesa⁰¹³

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Os grupos municipais indicaram, nos termos regimentais, quais os vogais que iam intervir neste ponto da *ordem-do-dia*:

Membros da Assembleia

Vogal João Carlos Morgado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁵

“Sr. Presidente da Mesa. Senhores Secretários. Sr. Presidente da Câmara. Senhores Vereadores. Senhores Deputados Municipais. Digníssimo público e Comunicação Social. A minha intervenção tem como principal objetivo dar a conhecer um dos maiores problemas que afetam a população e a economia da população de Eixo e Eirol. Está prestes a fazer um ano que o Rio Vouga provocou dois grandes rombos que, em princípio, por falta de vontade política, continuam abertos. As últimas intempéries provocaram um aumento da frente e extensão dos rombos, encarecendo a sua regularização e, além disso, comprometem, no futuro, as plantações e as colheitas, uma vez que uma boa parte dos terrenos está coberta com pedras e areia provenientes do leito do rio. Outra parte, escavada pela força das águas arrastou o solo fértil, os caminhos que atravessam estão bastante danificados, tendo em conta um troço de cerca de cem metros que desapareceu completamente nas últimas cheias. Neste momento o valor dos prejuízos ascende a mais do dobro do que aquilo que seria se tivesse sido reparado no período de dois mil e treze. Mas isto não é tudo. Se nada for feito de modo a resolver, de forma célere, este problema os agricultores da região ou abandonam os

seus terrenos, e estamos a falar de centenas de hectares, ou sujeitam-se a perder todo o investimento que, nalguns casos, é idêntico ao valor da reparação do rombo se fosse reparado em dois mil e treze, o que seria cerca de duzentos mil euros. Na última quarta-feira os técnicos da APA visitaram o local para ajustar o levantamento realizado em dois mil e treze, por iniciativa da Junta de Freguesia, e informaram-nos que, dentro de uma semana, conseguem apresentar o projeto para a reparação das margens. A intervenção, do ponto de vista técnico, não é de dificuldade elevada, sendo que a questão financeira será o maior obstáculo. A solução para esta grave situação só será conseguida com a intervenção concertada das várias entidades, mas sobretudo com uma articulação estreita entre a Câmara Municipal de Aveiro, o Ministério do Ambiente e a Junta de Freguesia. É nesse sentido que temos vindo a trabalhar, inclusivamente o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Aveiro já visitou, comigo, o local em Dezembro, verificando o estado em que estava, mas agora está bastante pior. São estes laços que pretendemos fortalecer. Só assim conseguiremos resolver o problema que se agudizará se nada for feito brevemente. Relembro também que, a cinco de janeiro, foi entregue, pela Junta de Freguesia, ao Sr. Presidente da Câmara e ao Ministério do Ambiente, um dossier que dá conta de toda a envolvimento destes rombos. Esse trabalho foi desenvolvido em conjunto pela Junta de Freguesia, pela Assembleia de Freguesia e agricultores da região. As imagens que vos apresento servem para que fiquem com uma noção do problema, mas a real dimensão só poderá ser avaliada no próprio local. Deixo aqui o convite a quem estiver interessado, deslocar-se a Eixo para verificarem, com os seus próprios olhos, a dimensão dos estragos causados. Com esta intervenção, hoje, nesta Assembleia, procuro sensibilizar todas as forças políticas e a comunidade aveirense, em geral, para um problema grave que afecta um território relevante para o nosso município de Aveiro. Deixo um apelo ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Aveiro para que sejam desenvolvidos todos os esforços no sentido de resolver, de forma mais célere possível, esta situação. Obrigado.”

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[016](#)

“Ex.mo Sr. Presidente da Mesa. Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal. Ex.mos Senhores Deputados. Mais presentes. No início de dois mil e catorze o país encontra-se pior pela mão da maioria de direita no Governo, na Assembleia da República e pelo colaboracionismo omnipresente do próprio Presidente da República. O rumo do desastre e afundamento do país prossegue para desgraça de milhões de portugueses e para gáudio de uns quantos, os mesmos de sempre, os privilegiados, os grandes grupos económicos. Poderíamos dizer, como o Governo e os seus apoiantes dizem, que aparentemente caminhamos para o fim de um ciclo que ficou marcado por uma inaceitável e abusiva intromissão direta na vida do nosso país. Uma intervenção concertada, inadmissivelmente consentida pelas mesmas forças que o debilitaram e o têm governado ao longo de anos. Não fosse sabermos que a realidade é outra e mais complexa e que, por trás dos anúncios de libertação e de autonomia, se continua a encobrir novas formas de denominação e as autoproclamadas libertações se preparam para seguir a mesma lógica de sempre, a de continuar a hipotecar a soberania do país, e com ela o seu desenvolvimento, para benefício dos grandes grupos económicos nacionais e estrangeiros. É isso que têm feito estas forças, PS, PSD e CDS, com a soberania de quem pensa que está legitimado por uma espécie de direito divino, se continuam a reclamar de partidos do “arco do poder”, em exclusividade, numa revindicação abusiva e antidemocrática mas também identificadora dos verdadeiros

responsáveis pelo estado de degradação económica, social e política a que conduziram o país, e pelo lastro de desesperança, que com a sua política e prática nele semearam. Podemos dizer, sem temer contestação, que este período foi, e é, o mais negro da vida democrática do nosso país. E foi e é o mais negro em resultado da aplicação do pacto de agressão da ação de um Governo que, zelosamente, o executou, tal como da sua própria política, e pelas orientações e opções políticas de uma União Europeia marcada por uma ofensiva sem precedentes, contra o conjunto dos povos da Europa. Um período onde está bem patente a estreita ligação existente entre as políticas da União Europeia e a política portuguesa prosseguida nestes últimos cinco anos e conduzida, primeiro pela mão do governo PS, e, depois, pelo PSD-CDS, com os resultados desastrosos que conhecemos. Isso é bem visível no rasto de violência e drama deixado na vida dos portugueses, na sua ação destruidora de vidas e recursos. Às mãos deste governo e da sua política a economia afundou-se nos últimos três anos. O ano de dois mil e treze voltou a ser o ano da recessão, com uma quebra do PIB de um ponto quatro por cento. E em três anos, a recessão acumulada atinge já os cinco pontos oito por cento, com cerca de nove pontos quatrocentos e quarenta milhões de euros de riqueza destruída. Há, em Portugal, menos trabalhadores empregados e pior emprego. Desde que o Governo tomou posse foram destruídos trezentos e vinte e três mil e quinhentos postos de trabalho. A substituição de emprego com direitos por trabalho precário continua a verificar-se a uma velocidade assustadora. Voltámos, até, a ouvir falar de escravatura no nosso país. Na destruição do tecido produtivo do país, num galope que ainda não terminou, com milhares e milhares de empresas conduzidas à falência, desemprego brutal e massivo que atinge mais de um milhão e quatrocentos mil portugueses, e as estatísticas só não são piores porque o Governo empurrou cento e quarenta e quatro mil desempregados para programas de formação que de pouco ou nada servem num país sem estratégia económica e em que a destruição do emprego é o prato do dia da política governamental; emigração diária de milhares de homens e mulheres leva o melhor recurso do país, os seus recursos humanos, principalmente jovens, forçados a abandonar o seu país e que emigram levando consigo para outros países a formação académica, o conhecimento científico e técnico, a capacidade de trabalho ou a experiência profissional que farão falta a Portugal para enfrentar o futuro. Aumento da exploração no trabalho, acelerado o processo de empobrecimento de milhões de portugueses, alastramento da pobreza e da exclusão social e territorial, violação dos direitos constitucionais dos mais elementares, seja nas leis do trabalho, seja na garantia do direito à saúde, à segurança social e à educação. Portugal é, hoje, inquestionavelmente, ao contrário do que afirma a propaganda do Governo, um país mais frágil, mais pobre, mais endividado e, também, mais desigual. Ao contrário do que os seus autores propalavam e garantiam, o pacto que impuseram ao país não o ajudou, nem o salvou. O seu pacto de agressão afundou, ainda mais, o país. Este Governo PSD e CDS e os seus principais responsáveis querem, agora, fazer crer ao país que estamos próximos de obter uma saída limpa desse pacto de ruína e empobrecimento nacional. Para isso, contam com a ajuda interesseira do cartel dos megabancos, o verdadeiro mercado, com novos empréstimos a juros exorbitantes que sugam o suor e o sangue do país que trabalha. É o regresso dessa permanente arte de simular os grandes interesses atrás do ilusório do interesse comum que se renova. Mas seja qual for a solução, programa cauteloso ou saída irlandesa, com este Governo, com esta política nacional europeia, só há saídas sujas. Isto é, o que estão a preparar são novas medidas penalizadoras dos trabalhadores, do povo e do país. É preciso pôr fim a este desastre. O Partido Comunista Português propõe a rotura com esta política, uma rotura que se consubstancia, em seis eixos fundamentais. Primeiro eixo, renegociação da dívida nos

seus prazos, detemos juros a montante, rejeitando a sua componente ilegítima. Segundo, a defesa da produção nacional, recuperando para o Estado o sector financeiro e outras empresas estratégicas. Terceiro, a recuperação coletiva dos salários e pensões. Quarto, aumento dos impostos sobre os lucros dos grandes grupos e de alívio aos trabalhadores e às pequenas e médias empresas. Quinto, recuperação e defesa dos serviços públicos, em especial nas funções sociais do Estado. Sexto, a assumpção de uma política soberana e de afirmação dos interesses nacionais. Tenho dito.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[017](#)

“Boa noite a todos os presentes. Primeiro, sublinhar que o Bloco de Esquerda faz hoje quinze anos e que, hoje, a esquerda é bastante mais intensa neste país do que era no início do Bloco de Esquerda. O caminho é este.

Gostava, do ponto de vista político, repudiar, em nome da bancada do Bloco de Esquerda que hoje faz quinze anos, o actual estado do serviço nacional de saúde, mais concretamente, o que se está a passar e o que se passou com o Hospital de Aveiro recentemente. Porque o Hospital de Aveiro parece que está a ser o alvo preferencial que o Governo do PSD tem vindo a fazer a este serviço público essencial que é a saúde. É um hospital central que encerrou as consultas de hematologia em janeiro do ano passado e passou a reencaminhar esses doentes para Coimbra. Por causa disso, a lista de espera passou a ser, em média, para esses doentes, de seiscentos e cinquenta e oito dias. Os especialistas aconselham uma semana de intervalo entre o diagnóstico e o tratamento, mas a verdade é que não é preciso ser especialista para perceber que o que está a acontecer, o que este Governo está a fazer é enviar esses doentes diretamente para a morte com esta política. E a isto junta-se a falta de macas a que já obrigou a inúmeras ambulâncias ficarem inoperacionais durante várias horas no Hospital. Seria cómico, se não fosse uma tragédia, o ministro Paulo Macedo e o presidente da Administração Regional da Saúde do Centro que tudo não passou de um erro administrativo. Não há erros administrativos que durem um ano nem há erro administrativos que deem este tipo de ordens. Porque se houvesse, então, tanto o ministro como o presidente da Administração Regional da Saúde do Centro teriam de ser despedidos por incompetência, que é o que acontece com qualquer trabalhador que faz uma asneira deste calibre. O que há, na opinião do Bloco de Esquerda, é mesmo uma política de destruição da saúde pública que repudiamos e que tem um objetivo muito concreto que é tornar a indústria privada da saúde cada vez mais rentável neste país. É para isso que se ataca o serviço nacional de saúde, foi para isso que se atacou o Hospital de Aveiro, foi para isso que se atacou, em última análise, a população de Aveiro. Aliás, o Presidente da Mesa desta Assembleia estará bem por dentro do que eu estou a dizer, porque já foi membro do Grupo Mello, um grupo que investe na saúde privada, e que foi nomeado, mais recentemente, para o Conselho Consultivo do Centro Hospitalar do Baixo Vouga. Estará, por ventura, por dentro do caminho da degradação do serviço que o Hospital de Aveiro está a prestar, neste momento, aos utentes. Muito obrigado.”

(Deu entrada na sala a Vogal João Alberto Simões Barbosa)

Presidente da Mesa – Nos termos do artigo 35.º do Regimento:[018](#)

“Isto não é defesa da honra... enfim! Tive muita honra em trabalhar no Grupo José de Mello. Devo dizer que uso mais o serviço público de saúde que os seus militantes de

referência. A forma como os Senhores me tratam, sistematicamente, neste ponto, enfim, não baixarei ao vosso nível, mas andarei lá perto. Ainda noutro dia fui visitar um amigo meu e lá encontrei um dos vossos colíderes a tratar-se num hospital, não do Grupo Mello, mas do Grupo Espírito Santo. O que mostra bem como os senhores em geral tem um discurso e outra ação.

Em relação ao Grupo José de Mello, devo dizer, que não tenho nada com o Grupo José de Mello. Deixei de trabalhar no Grupo José de Mello em dois mil e onze. E a minha função como membro do Conselho Consultivo do Centro Hospitalar do Baixo Vouga nada tem a ver com a gestão do Baixo Vouga, do Hospital. Como os Senhores sabem... aliás, pareciam que não sabiam já que fizeram uma romaria à minha procura, mas como sempre chegaram tarde e a reunião tinha acabado e eu já estava a caminho de outra sessão de trabalho — devo dizer que esses ataques pessoais não lhe ficam bem!

Os Senhores sabem que não é verdade. Eu não tenho nenhuma relação com os grupos privados neste momento, na área da saúde. Essa persistência canalha que o Bloco de Esquerda tem relativamente à minha pessoa terá de começar a ser tratada noutros sítios.

E devo dizer que não aceito nesta Assembleia que o Sr. Deputado volte a utilizar argumentos desse tipo. Já uma vez esteve perto, chamei-lhe a atenção. Foi a segunda vez que lhe chamei a atenção.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do artigo 35.º do Regimento:[019](#)

“Quería usar a figura da defesa da honra. Em primeiro lugar acho interessante fazer um ataque com uma resposta pessoal. Se há alguém do meu partido está a utilizar um serviço de saúde num hospital privado tem o direito de o fazer e fará, eventualmente, porque não confia no serviço nacional de saúde, por causa do estado a que chegou. Isso é uma questão pessoal, não é uma questão que tenha a ver com o Partido.

Agora, aquilo que eu disse, que entendeu erradamente, foi que foi membro do Grupo Mello e não que é. Eu não disse que é, disse que foi. Registo, sublinho, que está a defender de um ataque pessoal que eu não fiz. E isso terá um significado político que cada um conseguirá entender.”

Presidente da Mesa – Nos termos do artigo 35.º do Regimento:[020](#)

“Sr. Deputado. A permanência das insinuações, ainda por cima sem fundamento, que os senhores fazem relativamente à minha pessoa e que nenhum outro partido faz, na sequência do vosso antigo líder, que já não lá está, mas que pelos vistos continua a manipular o partido para acertos de contas pessoais, bem... Eu acho que ficou claro. Apenas queria dizer, e esse é um aspecto de natureza política, que aquilo que se passa no nosso Hospital é algo de extremamente preocupante.

É algo que nos deve preocupar a todos como potenciais utentes e que nos preocupa a todos como representantes dos utentes deste Concelho e dos outros Concelhos aqui à volta.

É uma situação que não tem paralelo como algumas outras que estão à nossa volta e que resulta de um ostracismo contra o qual as forças políticas aveirenses têm lutado, independentemente da sua côr.

E o que é facto, é que todos os representantes de Aveiro têm sempre lutado contra um facto, que não é de agora, mas que está agravado, que é a falta de qualidade dos serviços hospitalares a que as populações têm acesso, sobretudo em comparação com outras NUTS III que nos estão próximas — essa é uma preocupação que não é ideológica, é uma preocupação que todos partilhamos.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[021](#)

“Boa noite Sr. Presidente da Mesa. Sr. Presidente da Câmara. Senhores Vereadores e Senhores Membros desta Assembleia. A todos boa noite.

Eu trago aqui dois pontos. Um deles é relacionado com o Parque da Ciência e Inovação. É sabido que se trata de uma sociedade anónima com participação pública, pelo menos, da Câmara Municipal de Ílhavo e da Câmara Municipal de Aveiro.

Eu sou desafiado para falar deste tema, porque vi, recentemente, três notícias. Uma com o anúncio da Quercus de estar a tentar impedir o financiamento europeu a esse projeto!? Uma proclamação no jornal por parte da Presidência da Câmara de Aveiro no sentido de que o projeto vai arrancar em Abril? E uma outra, que são ações pendentes no Tribunal Administrativo e segundo me asseveraram, uma providência cautelar que foi decretada e que ataca a declaração de utilidade pública!? Isto suscitamos, a todos, especialmente aos munícipes de Aveiro, e leva-nos para um problema que é mais ou menos regional.

É sabido do mérito do objeto desta sociedade, tendo como contraponto, também, o território que ocupa, que vai ocupar e que é um território manifestamente nevrálgico. É uma zona de várias reservas entre as quais a Reserva Ecológica e Reserva Agrícola, e uma outra reserva que tem a ver com o Domínio da Ria.

Vai ocupar mais do que sessenta hectares, independentemente das pessoas que por ali moram e que têm interesses pessoais nisso e que estão a lutar contra o projeto no Tribunal Administrativo.

A questão que se põe é: - mediante estes embaraços que surgem, a declaração de utilidade pública (e que mereceu deferimento) essa providência, duas ações que estão pendentes, e tendo por base precisamente esses pontos de ocupações de Reservas, se não será viável o Município de Aveiro e as gentes de Aveiro e esta Assembleia, movimentarem-se para que o projeto mude de assento?

O projeto é bom. Tem prevista a aplicação da ciência e tecnologia, o conhecimento e o desenvolvimento, é bom para Aveiro, dá postos de trabalho, mas também, quero dizer, que há muitos outros sítios onde o projeto podia ser implantado. Isto é uma opinião que eu rebusco destes três vetores.

Outro ponto é este, a forma de se fazer política. E quando falo agora em política, veio-me à ideia, o Sr. Presidente disse há bocado que tinha sido uma derrota política! Eu não considero política este tipo de ações. Eu considero política a arte de governar. Para mim política é governar bem ou mal. Outra coisa é a propaganda política.

E nós o que vemos nos jornais, todos os dias, desde algum tempo, é a gestão de uma propaganda política por parte do poder instituído.

Todos os dias, determinados jornais, trazem uma notícia. Eu há tempos contei as notícias que se vão sucedendo e condensei-as numa simples publicação, legítima aliás, do município para a imprensa, uma nota para a imprensa. Uma nota que vai condensada num documento. Os jornais poderiam até publicar aquela notícia num número. Mas não. Eu penso que isto não acontece de os jornais andarem a propagandear. Não me atrevo a isso. Penso que não seja.

Mas o que é facto é que, objectivamente, todos os dias se fala da presidência da Câmara para dizer que faz.

Eu esperava que fosse para dizer ‘já fiz’. Eu considero que isto é um massacre à opinião pública, é um fazer encucar de ideias propagandísticas da política que a meu ver, e com todo o respeito, nem sei se isto é obra do acaso, mas que objectivamente acaba por cansar os leitores de sempre ouvirem a mesma coisa. Provavelmente até terá algum resultado político. Espero que esta forma de se fazer não política, mas

propaganda política algum dia tenha um arrepio a bem das mentalidades dos aveirenses e da minha própria. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa:[022](#)

“Sr. Deputado, se me permite. Não querendo contestar de forma alguma a sua intervenção, não me compete, nem o vou fazer. Mas apenas dizer que propaganda é coisa que a Assembleia não faz. Eu que no Natal, fui dado num dos principais meios de comunicação como tendo ido prestar declarações a Tribunal, parecendo que tinha cometido um crime... Fui primeira página: “Nogueira Leite chamado ao Tribunal”. Como sabe eu tenho aqui a decisão desde o dia dezasseis de janeiro e achei que as primeiras pessoas com quem as tinha que partilhar era com os Senhores Deputados, era para com esta Assembleia. Acho que ficou claro Sr. Dr.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA):[023](#)

“Sr. Presidente. Eu estou habituado às vezes, estou habituado profissionalmente, a ver sair as testemunhas quando depõem. E vou dizer uma coisa. As testemunhas saem muito contentes, têm alívio. Isto é, estavam numa posição pouco confortável e, portanto, o seu depoimento não é grande coisa. É o que eu penso das testemunhas.

V. Exa. também disse isso com uma certa alegria. Fica aqui à consideração e ao pensamento crítico de todos. Muito obrigado, Sr. Presidente.”

Vogal Paulo Marques (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[024](#)

“Sr. Presidente, eu queria neste tempo de intervenção apenas fazer referência algo que já aqui foi apresentado pelos nossos colegas da esquerda e tem a ver com a situação que se vive no Centro Hospitalar do Baixo Vouga. Em primeiro lugar dizer que nós somos cidadãos, somos utentes, vivemos determinadas realidades, conhecemos determinadas notícias, e a importância do problema merece o debate, merece conversarmos sobre um assunto que, de facto, não abona em nada na nossa comunidade. A importância desta questão foi alvo, como sabem através da comunicação social, de uma atenção especial por parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro e, relativamente a esta matéria, nós, PSD e CDS, esta coligação, entendemos que merece que algo seja dito. Estamos em plena sintonia com aquilo que surgiu hoje nos jornais. E passarei, Sr. Presidente, a ler uma declaração conjunta das bancadas da coligação e que, posteriormente, chegará às mãos do Sr. Presidente: «O Centro Hospitalar do Baixo Vouga tem, por missão, servir os utentes de uma parte importante da região de Aveiro. No entanto, a qualidade de uma parte significativa dos serviços prestados pelo Hospital de Aveiro tem sofrido uma degradação que se acentua em cada dia que passa. Os vogais do PSD e do CDS na Assembleia Municipal de Aveiro compreendem a existência de picos de procura motivados pelo desenvolvimento de doenças próprias da estação do ano em que nos encontramos. No entanto, estes acontecimentos não são inesperados havendo razoável grau de previsibilidade na sua ocorrência. É, por isso, possível prócere atempadamente a uma reorganização das operações que conduzem a uma maior eficiência na condução das crises. Assim, não se compreende o nível da degradação dos serviços prestados com base numa procura que se quer fazer por anómala mas, de facto, repetida todos os anos. Por outro lado, tem-se verificado uma constante diminuição de capacidades e de valências no apoio prestado pelo Hospital aos seus utentes, o que resulta em prejuízo grave para os cidadãos a nível da sua saúde, mas também a nível financeiro obrigados que ficam a recorrer a outros serviços. Os vogais do PSD e do CDS manifestam, por isso, a sua preocupação,

solicitam uma rápida atuação dos responsáveis pelo Hospital de Aveiro na procura das soluções que melhor sirvam os interesses dos cidadãos e apelam às entidades superiores para que sejam concedidos ao Centro Hospitalar do Baixo Vouga os recursos necessários ao cumprimento da sua missão. Os vogais do PSD e do CDS, nesse sentido, anunciam ainda que irão apresentar na próxima sessão da Assembleia Municipal uma moção a ser entregue ao Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Baixo Vouga, à Administração Regional de Saúde do Centro, ao Sr. Ministro da Saúde e ao Sr. Primeiro-ministro, com propostas de solução para os problemas atualmente existentes e que tanto afetam os cidadãos de Aveiro». Disse.”

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[025](#)

“Obrigado, Sr. Presidente. Muito telegraficamente. Queria apenas abordar dois temas que relacionam o Município com a Administração Central, o primeiro dos quais, pela sua gravidade, não poderia deixar de ser a situação do Centro Hospitalar do Baixo Vouga, nomeadamente o Hospital de Aveiro. E para verberar o tratamento que o Ministério da Saúde e o Governo têm dado àquela que é, como o Sr. Presidente há pouco referiu, a mais populosa da NUT III Centro, que, manifestamente, está subdimensionada na oferta e, mais do que isso, está a ser objeto de uma degradação e de uma desnatação intoleráveis. Eu chamo a atenção também do Sr. Presidente da Câmara para manifestar o nosso apoio na luta que quiser desenvolver no sentido de qualificar o nosso Hospital, mas também recordar-lhe que o Sr. Presidente da Câmara está a ser prejudicado pelo Sr. ministro da Saúde na medida em que o Sr. Presidente da Câmara prometeu aos aveirenses, era a nona das suas ações, uma ampliação e uma maior qualidade, novas valências, do Hospital de Aveiro. Neste momento não temos mais valências mas estamos em risco de perder valências. E, portanto, era exortá-lo para essa situação e denunciar a hipocrisia política do Sr. ministro da Saúde, eu já tive a oportunidade, esta semana, de fazê-lo, mas faço-o também aqui neste fórum. Não posso deixar de anunciar a minha indignação quando o Sr. ministro, alertado pelos órgãos de comunicação social nacionais, da existência de um grave problema na hematologia, e que foi há pouco referido, a existência de listas de espera de mais de dois anos para doenças que ao fim de um mês se traduzirão na morte dos pacientes, o Sr. ministro veio dizer que estava muito surpreendido e que iria resolver, a muito curto prazo, e resolveu, o risco de encerramento da valência de hematologia transferindo os doentes para Coimbra. Sucede que eu tenho uma carta do Sr. ministro datada de fevereiro do ano passado em que refere que confirma a existência de constrangimentos em dois anos no Centro Hospitalar do Baixo Vouga, na hematologia, e que iria resolver. Um ano passou e não fez nada. Isto é da maior gravidade. Num país a sério não sei o que é que já teria acontecido a este ministro e, portanto, não posso deixar de exortar o Sr. Presidente para que não seja meigo no tratamento a dispensar ao ministro da Saúde.

A outra questão é uma questão recorrente. Nós não podemos deixar de o fazer e que tem a ver com a situação do pórtico de Esgueira e que permanece. Não é uma situação nova mas é uma situação que continuaremos a denunciar, tanto mais que, muito recentemente me recordaram uma entrevista dada pelo, agora, Presidente da Federação Distrital do PSD que, textualmente, entrevistado pelo programa “uma só voz” do Diário de Aveiro e da Aveiro FM, perguntado pelos jornalistas «se o PSD for para o Governo retira aquele pórtico?», respondeu o parlamentar «não tenho dúvidas nenhunas». Foi uma promessa que então foi feita, «o PSD retira o pórtico de Esgueira se formar governo». Nós estamos particularmente à vontade para essa matéria, se bem

sabe. Recuperarei a cronologia: em maio de dois mil e dez o PSD exige, para aprovação do PEC III, a supressão das isenções das portagens; em junho de dois mil e dez, o Governo aceita essa imposição e no verão de dois mil e dez instalam-se as portagens, sendo certo que, desde logo, em outubro de dois mil e dez, o então e ainda Presidente da Federação Distrital do PS, dirigindo-se ao Secretário do Estado, Dr. Paulo Campos, denunciou a iniquidade daquela portagem. À semelhança, aliás, do que sempre aconteceu com o PS de Aveiro. Portanto, é uma luta que nós sempre defendemos. As responsabilidades governativas deixaram de ser do PS, passou a impender sobre este Governo a responsabilidade de retirar e corrigir uma situação intolerável. Portanto, Sr. Presidente, também referir-lhe que esperamos uma ação firme e determinada por parte da Câmara Municipal de Aveiro que leve à retirada daquele pórtico. Cada dia em que aquele pórtico ali está é mais um dia de iniquidade praticada contra as gentes de Aveiro. Muito obrigado.”

Vogal Simão Quina (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[026](#)

“Boa noite, Sr. Presidente da Mesa, Ex.ma Câmara, caros colegas vogais, Exmo. público.

Duas notas muito rápidas. A primeira, saudar a reeleição do Prof. Doutor Manuel Assunção como Reitor da Universidade de Aveiro. Desejo votos de um bom mandato. O sucesso da Universidade de Aveiro é também o sucesso do nosso Município.

A segunda nota tem a ver com as portagens, já aqui referidas pelo vogal Filipe Neto Brandão. Lembrar que a JSD manifestou-se, em dois mil e dez, contra a introdução de portagens nas ex-SCUT. Não poderíamos deixar de continuar a fazê-lo, neste momento. Sabemos que não existem alternativas viáveis para o troço portajado, no nosso Município. Logo, a existência de portagens não pode acontecer. As estradas de Cacia estão a sofrer com o fluxo rodoviário dentro da localidade. Eu defendo que não deveríamos ter portagens até ao nó de Angeja. Apelo a todos os partidos com assento parlamentar para que nos ajudem a defender os interesses de Aveiro nesta situação. Muito obrigado.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[027](#)

“Obrigado, Sr. Presidente. Queria saudar a Mesa, a digníssima Câmara, os Senhores Deputados e o público presente. Naturalmente que vou retomar, de algum modo, o assunto do meu antecessor, com mais gravidade. Isto porquê? Começo, em primeiro lugar, por me regozijar pelo anúncio do Sr. Presidente da Câmara de que o que está em causa, neste crime que fizeram aos aveirenses e, sobretudo, a Cacia, não é o pórtico de Esgueira, Sr. Deputado Neto Brandão. É o pórtico de Esgueira e o pórtico de Angeja. A desgraça de Cacia está aí e não é no pórtico de Esgueira. Nós percebemos porque é que em dois mil e dez algumas pessoas com bastantes responsabilidades em Aveiro não levantaram a sua voz contra este crime que fizeram. Crime contra as pessoas e crime contra o erário público, porque se taxou uma estrada construída pelos portugueses e pelos europeus sem dinheiros da Ascendi ou Mota-Engil. Portanto, Sr. Presidente manifestamos aqui, a população de Cacia por meu intermédio, o nosso regozijo para que se bata na defesa dos aveirenses e não só dos Cacienses, porque também está aqui em causa ao custo de qualquer aveirense que tenha de vir da A25 até Angeja. E este custo é indevido. Queremos manifestar a nossa gratidão por se bater por isso. Esperemos que tenha sucesso e temos alguma esperança de que, juntamente com a plataforma A25, consiga, não só em Aveiro, mas o que queremos é que este problema

seja definitivamente resolvido, deixando a política de lado porque isto é um problema de todos. É bom que os aveirenses pensem, porque eu tenho ouvido, aqui, nesta Assembleia, demasiadas vezes, nos últimos anos, falarem-me no pórtico de Esgueira e esquecem-se da parte norte do concelho de Aveiro. Queria também pedir, em nome da população de Cacia, ao Sr. Presidente que fosse estudada e aplicada uma proposta feita, pela Junta de Freguesia de Cacia, à Câmara para que a circulação de pesados na EN 109 seja proibida durante a noite, em Cacia, como estrada urbana que é. De modo a que os moradores da Rua da República e da Rua 31 de Janeiro, em Cacia, possam, pelo menos, dormir alguma coisa descansados quando, na maior parte do dia, nem das suas casas podem sair.

E queira dizer, porque se falou aqui, e o que vou aqui dizer já o disse a ele pessoalmente, do Eng. Paulo Campos. O Eng. Paulo Campos, naturalmente, é o responsável por esta situação gravíssima para Cacia. Mas também é responsável por um problema gravíssimo que existe em Cacia que são os acessos à Estação Norte da SIMRIA. Não sei se foi só ele o culpado, mas, se calhar, alguém na Câmara, na altura, teve culpa. É impensável que o trânsito pesado de acesso à SIMRIA se faça por estradas centenárias, sem condições nenhuma, em que estão a destruir as habitações, estão a destruir os pavimentos. Sr. Presidente, desejaríamos que estas questões fossem resolvidas. Também queremos manifestar o nosso apoio à decisão da Plataforma A25 de exigir e lutar para que a ligação ferroviária de Aveiro a Espanha se concretize, a bem desta região norte e centro, porque se ficarmos só por Sines nós ficamos fora. E está provado que o Norte e o Centro são dos maiores exportadores do país. E não só para o Norte e o Centro mas, sobretudo, para valorizarmos o Porto de Aveiro.”

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[028](#)

“Sr. Presidente, Senhores Deputados, boa noite a todos. Duas notas e apenas um comentário inevitável à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cacia, em relação ao posicionamento desta Assembleia e de alguns dos seus partidos em relação à questão dos pórticos. O pórtico do estádio é, obviamente, o mais flagrante. Mas é evidente que a intervenção política que aqui foi tida, nomeadamente, e falo com conhecimento de causa, pela Concelhia do Partido Socialista na altura e desde de sempre, prende-se com o não pagamento de portagens do centro da cidade até o nó norte da autoestrada A1. É evidente que é isso que faz sentido e seria da mais elementar justiça que isso não tivesse acontecido. E todos nós comungamos da opinião do Sr. Presidente da Junta de Cacia do facto de existirem três pórticos do centro da cidade até esse nó norte e que terá um efeito muito nocivo para a Freguesia de Cacia, porque está à vista de todos a carga de tráfego que a EN109 sofre, neste momento, e o sofrimento que traz para a população, os seus bens e o seu bem-estar. Portanto, associamo-nos mas queria também fazer este pequeno complemento.

Gostaria também de deixar uma questão à Câmara que é um problema que se arrasta há longo tempo e que tem a ver com a entrada, “à mão”, na A25 e a questão é direta e objetiva, saber o estado da arte desse processo e saber quando é que, finalmente, os aveirenses poderão entrar e ter ali aquela via de acesso.

Por último, que não em último, a minha intervenção, neste aspecto, fica, em parte, prejudicada porque os semáforos da Avenida Dr. Lourenço Peixinho foram finalmente ligados hoje, depois de estarem longuíssimos dias desligados com tantas perturbações no trânsito. Sendo certo que há problemas semaforicos que estão por debelar, nomeadamente na Rua da Associação Humanitária dos Bombeiros de Aveiro, para quem não está a reconhecer pelo nome é a rua das antigas piscinas do Beira Mar e do

ISCAA. *Quase que diria, hoje que foi Assembleia Municipal acenderam-se as da Lourenço Peixinho, se tivesse havido, se calhar, Assembleia Municipal e Câmara ter-se-iam acendido, provavelmente, as duas. A ideia será, Sr. Presidente, procurar justificar este atraso que a todos pareceu muito exagerado. Não nos recordamos de termos estado tanto tempo com os semáforos desligados no centro da cidade, com as perturbações graves que isso traz para o trânsito. Disse.*”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰²⁹

Vogal João Barbosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁰

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Queria aqui referir que numa das últimas reuniões públicas da Câmara foi dito que a Junta da Vera Cruz banalizou a atribuição de cartões de residente. Não é correto e nem é verdade, porque eu era o responsável da Junta de Freguesia. A Junta limitou-se e limitava-se a satisfazer o protocolo feito com a Câmara que é a entidade responsável. Os cartões foram sempre passados aos requerentes que apresentavam um atestado de residência. Sr. Presidente, pautei-me sempre pela ética, coerência e respeito porque as pessoas estão sempre em primeiro lugar. Acredito que para se justificarem medidas impopulares tenham, muitas vezes, que se servirem de subterfúgios que não são os mais corretos. E para falar em banalidades a Câmara está a passar fotocópias A4 a que chama cartões de residentes por um valor exagerado e até escandaloso de quinze euros, e que nem é plastificado como foi prometido. Devo chamar a atenção que, atualmente, a emissão de cartões, a meu ver, não é muito correta, para não dizer ilegal. Os cartões têm um regulamento que foi aprovado e ratificado por esta Assembleia. Ultimamente, este regulamento foi substancialmente alterado. Ora, terá que passar por esta Assembleia e é assim que deve ser. Também, nos documentos a apresentar é pedido o “pin” do cartão das pessoas. Ora, o “pin” é confidencial. A Câmara já teve uma máquina própria para a identificação dos cartões. Também chamo a atenção que foi prometido diminuir zonas parconizadas e, pelos vistos, ainda não foi feito.

Queria chamar a atenção do Sr. Presidente da Câmara que, em certas zonas da cidade, tem havido queixas de roubos e assaltos, as pessoas sentem-se inseguras. Eu sugeria ao Sr. Presidente da Câmara que seria vantajoso promover o Conselho Municipal de Segurança para se poder discutir estas situações. Por agora é tudo, Sr. Presidente.”

Vogal Ana Seiça Neves (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³¹

“Boa noite, Sr. Presidente, distinta Câmara também os meus cumprimentos, Senhores deputados. Muito rapidamente queria chamar a atenção para uns pequenos problemas. Penso que é para isso que aqui estou e é isso que venho aqui trazer.

Um, prende-se com as audiências que as pessoas querem ter com o Sr. Presidente, com os Senhores Vereadores, mas que sentem bastante dificuldade.

Sendo que as pessoas querem expor os seus problemas diretamente aos Senhores e parece que está um bocado complicado o acesso e a marcação das audiências, das entrevistas, do que queiram. Creio que seria importante que ouvissem diretamente as pessoas, é para isso que os Senhores também lá estão, para ouvir os problemas e para tentarem resolver. Não estou a identificar ninguém em especial, é no geral. São vários os municípios que puseram este problema e eu sinto-me porta-voz desses municípios para dar conhecimento da situação.

Gostaria de chamar a atenção para a falta de iluminação que existe nas várias ruas da nossa cidade, só para lembrar, pelo menos três: Rua Manuel Firmino, Rua Homem

Cristo Filho e, habitualmente, no Canal de S. Roque. Sobretudo na zona da Beira-Mar. Os moradores têm receio porque é uma zona com ruas muito estreitinhas e não só, têm receio porque a iluminação é muito importante para a segurança das pessoas.

Finalmente, porque já quase não tenho tempo nenhum, mas pedia um bocadinho de benevolência para chamar a atenção para o seguinte: Nós sabemos que ao contrário do que era espectável as taxas de turismo continuam a ser cobradas. Creio que era uma das coisas que o Sr. Presidente tinha prometido é que essas taxas de turismo iriam deixar de existir. Portanto, acho que está na altura, até porque para a época de turismo ainda falta algum tempo, se calhar pensar e realmente pôr em prática aquilo que tinha prometido.

Apenas mais uma observação que já aqui fiz nesta Assembleia e que diz respeito às pessoas que estão nos barcos moliceiros. Alguns deles estão trajados à moda do Porto e não de acordo com a nossa região. Eu sei que o Sr. Presidente gosta muito do regionalismo e acho que nós deveríamos impor que as pessoas estivessem vestidas de acordo com a nossa cidade.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³²

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Deixe-me começar por congratular-me com o facto de haver tantos assuntos em que estamos de acordo. Hoje começámos bem a Assembleia. Estamos de acordo em fazer um grande esforço para que o Hospital de Aveiro seja aquele que os aveirenses merecem. Estamos de acordo com o facto de acabar com as portagens daqui até à A1. São um anacronismo que não existe. Estamos de acordo sobre coisas que interessam aos cidadãos e isso é muito importante. Também estamos de acordo que há para aí uma grande escuridão mas é na Coreia do Norte, não é bem por aqui. E também estamos de acordo em dar os parabéns ao Bloco de Esquerda pelos seus quinze anos e perguntar se, por acaso, irá fazer dezasseis — isso é outra questão que se coloca.

Finalmente, deixe-me só manifestar um forte desacordo com uma insinuação feita pelo Dr. Jorge Nascimento, ou uma afirmação feita pelo Dr. Jorge Nascimento, acerca da propaganda.

Eu aqui há dias estive num debate na rádio em que uma outra pessoa ligada à política aveirense também veio com esse tipo de conversa a propósito de uma entrevista dada pelo Sr. Presidente da Câmara. Aquilo que eu tenho para dizer é o seguinte: eu tenho um grande respeito pelos Senhores jornalistas. Eu percebo que algumas pessoas que durante muito tempo tentaram influenciar o jornalismo em Portugal agora, que os jornalistas não veem nelas motivo para as referir, se sintam um pouco desiludidas e desamparadas. Eu devo dizer que o anonimato é uma coisa espantosa. É muito bom ser gente anónima e não ter que passar pelos jornais. É ótimo. Portanto, não nos preocupemos, deixemos os Senhores jornalistas fazerem o seu papel e eles, certamente, são perfeitamente capazes de escolher as notícias que devem dar de acordo com aquilo que eles consideram ser o interesse público. Era tudo. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³³

“Muito obrigado. Boa noite a todos. Meia dúzia de notas sobre as questões que entendo que são para tratar neste ponto, as outras deixarei para tratar no ponto primeiro da ordem de trabalhos.

Primeira questão. A exposição do nosso Presidente de Junta Eixo-Eirol, não preciso de lhe responder! Julgo que a sua exposição foi útil para muita gente, para mim não.

Conheço-a bem. Temos falado, temos trabalhado. Mas só para dar um ponto de situação. Este não é um problema da Câmara nem da Junta de Freguesia. Este é um problema do Ministério do Ambiente. De uma entidade chamada Agência Portuguesa do Ambiente e é esta entidade que ao abrigo da lei, tem o dinheiro, a competência legal, para tratar deste problema. Não vale a pena portanto trazer ao processo gente que nada tem a ver com o processo.

O trabalho que temos feito, Câmara e Junta, é um trabalho que entendemos que é da nossa competência. Trabalho político, de diligência, de pressão, para que quem de direito faça aquilo que não fez quando o problema surgiu no inverno de dois mil e treze e quando se agravou agora no inverno de dois mil e catorze.

Portanto é aí que estamos. Embora, e era a nota de informação, o patamar para onde transpusemos este dossier foi para a relação da Agência Portuguesa do Ambiente com a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro. Porquê? A Agência Portuguesa do Ambiente tem dinheiro, mas não tem autorização para o usar. A Agência Portuguesa do Ambiente quer-se assumir por opção da política do Governo como uma entidade reguladora e não como uma entidade que faz obra. E nesse campo, a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, tendo detectado absoluta indisponibilidade das câmaras municipais envolvidas, nomeadamente das três diretamente envolvidas neste tipo de problemas, Aveiro, Albergaria-a-Velha e Estarreja. O pior que podemos fazer neste processo é fazermos aquilo que não é a nossa responsabilidade. Portanto está num processo negocial que já vai na terceira versão do protocolo, para que a Agência Portuguesa do Ambiente contratualize com a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro a gestão do tapamento dos rombos.

E temos o nosso rombo de Eixo, como nós dizemos; temos um rombo muito maior na margem norte do Vouga no município de Albergaria-a-Velha, com uma dimensão tripla do nosso; e temos vários rombos de pequena dimensão embora sejam muitos no município de Estarreja.

A lógica que estamos a negociar é de entregar essa competência à Comunidade Intermunicipal. Não exatamente só para taparmos os rombos, mas para gerirmos o Baixo Vouga.

Isto entronca também, fizemos esse anúncio em termos de Comunidade Intermunicipal, anúncio público, ontem mesmo, num dos projetos prioritários da nossa iniciativa territorial integrada que é exatamente o investimento no Baixo Vouga.

Não vale a pena termos ilusões, já vamos para aí em pelo menos do meu conhecimento direto oito governos que prometeram tratar do Baixo Vouga e oito governos passaram e não trataram do Baixo Vouga.

Portanto a nossa decisão de autarcas da Região de Aveiro é que não queremos mais do que o Governo trate do problema. Queremos que o Governo contratualize connosco a competência. Obviamente que essa contratualização tem também a devida sustentabilidade financeira, como não pode deixar de ser e nós gerimos o Baixo Vouga. A negociação está a correr bem.

O que é que falta tratar? Inevitavelmente, falta chegarmos a acordo em relação à matéria financeira. Porque em relação a toda a outra, nessa já estamos de acordo.

O texto que existe está já acordado entre as duas partes. É sempre natural que seja a matéria financeira a mais complexa. Espero que nas próximas semanas consigamos um acordo que é muito importante, e de uma vez por todas sejamos nós a gerir este património que é nacional, é de interesse nacional, mas obviamente somos nós que melhor o conhecemos e que melhor temos capacidade.

Sr. Presidente sabe bem que conta comigo, como contamos consigo, num trabalho muito importante que a Junta tem feito também de alerta e de pressão permanente sobre este dossier.

A Junta de Cacia também, mais a jusante, tem um trabalho muito importante porque a jusante temos mais problemas e bem mais complexos. É bom lembrar que já não temos ponte de Vilarinho. E é minha convicção que unidos venceremos e que vamos conseguir que esta negociação acabe bem, vamos conseguir ter uma iniciativa territorial integrada com a dotação financeira suficiente para fazermos os investimentos de qualificação e vamos conseguir ser atrativos para o sector privado, para fazer investimentos, quer na componente da valorização ambiental, quer na componente da exploração dos potenciais agrícolas desta parcela importante do nosso território.

Em relação ao Hospital eu acho que está tudo dito e bem dito. Chamo a atenção e exorto para a leitura do comunicado que foi ontem tornado público pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, que é uma posição muito profunda, não é nova em grande parte das suas componentes.

Há duas componentes novas. Primeiro, chamamos o Primeiro-ministro a intervir no processo porque obviamente já está percebido que com este Ministro da Saúde não vamos lá; com a sua equipa de Secretários do Estado não vamos lá! E portanto, exortámos publicamente, solicitámos, é essa a palavra que está no texto, a intervenção do Sr. Primeiro-ministro para de uma vez por todas, eu que também já vou em oito governos que passaram e deixaram o nosso Hospital mais ou menos tão mal como aquilo que o encontraram, umas vezes um bocadinho melhor, outras vezes um bocadinho pior.

Não temos exatamente um Hospital que está mal de novo, nós temos um Hospital que está mal de velho. Que esta nossa luta que nos une a todos possa ter consequência e que o Sr. Primeiro-ministro possa ter a capacidade, a competência, e a qualidade na intervenção que o seu Ministro da Saúde neste dossier não teve.

E a última atitude, pior que a carta, Sr. Dr. Filipe Neto Brandão, é a decisão do Sr. Ministro. Que eu tive todo o gosto em comentar para a comunicação social, para resolver o problema dos nossos utentes que têm problemas há dois anos, que tem uma explicação técnica que eu não me vou cansar com ela.

O Sr. Ministro tem uma solução: a malta que vá ali a Coimbra e que se trate! Obviamente isto é um alívio, isto não é uma solução, é um alívio. O que é preciso é capacitar com recursos humanos porque o que está em causa é só capacitação de recursos humanos, e pôr em Aveiro aquilo que em Coimbra há de mais. Os Hematologistas, nos dois hospitais que Coimbra, são muito mais do que aquilo que é preciso. É preciso apenas, a nós que só temos um, passarmos a ter três. E com três o serviço de Hematologia do nosso centro hospitalar funciona impecavelmente, como funciona impecavelmente, embora com excesso de oferta médica, os dois Hospitais de Coimbra a quem nós queremos todo o melhor do mundo, mas também queremos uma parte desse 'bem do mundo' para o nosso mundo que é a esse nível está longe de estar bem.

Em relação ao Parque da Ciência e Inovação, só precisar Dr. Jorge Nascimento, algumas questões, porque noventa por cento daquilo que disse está errado.

Primeiro a Câmara não proclamou nada. A nota de imprensa da qual leu um excerto — e aconselho a ler o texto completo é da empresa do Parque Ciência e Inovação.

A Câmara não emite comunicados sobre aquilo que não é seu.

Segunda questão, a providência cautelar foi derrotada, ao contrário daquilo que também disse.

Aquilo que o Dr. Juiz diz, aliás é uma sentença notável, notável. A decisão do juiz demorou muito, demorou muito tempo, a providência cautelar foi colocada em abril e saiu em janeiro, portanto foi longo mas é uma decisão de excelência. E o que é que diz?

Considera que a Providência Cautelar indefere em cento e dezassete, das cento e vinte parcelas que estão em causa. E em três delas, as três que para já, para a operação de investimento que vamos fazer não são precisas para nada, diz que é preciso preservar o direito à habitação — mesmo tratando-se de três casas clandestinas construídas uma sobre Reserva Agrícola Nacional e duas sobre Reserva Ecológica Nacional e sobre Reserva Agrícola Nacional.

Portanto é uma excelente decisão favorável ao investimento e, por isso, todo o investimento está em desenvolvimento. Estamos em visto do Tribunal de Contas, estão os terrenos a serem comprados e, dentro de muito pouco tempo, como a empresa anunciou, no mês de abril teremos obra no terreno.

Quanto a outras questões, deixar claro que a parcela em causa do município de Ílhavo não tem Reserva Ecológica Nacional. A parcela em causa no município de Ílhavo fez desafetação de Reserva Agrícola Nacional. E a parcela em causa dos trinta e dois hectares Sr. Doutor, não são sessenta, fez aí uma duplicação, não tem domínio público marítimo.

Infelizmente o município de Aveiro atrasou-se neste processo, aliás como foi normal em tantos processos nos últimos oito anos, e não estamos em condições de licenciar o Laboratório de Uso Comum do município de Aveiro porque não conseguimos fazer o licenciamento.

Em Ílhavo o licenciamento está feito. Em Aveiro a Câmara não foi diligente o licenciamento não está feito, por isso não vamos ter o investimento na chamada fase 1A. Vamos ter na fase 1B. Mas para termos na fase 1B precisamos de ter o licenciamento das construções, precisamos de fazer o nosso trabalho e é isso que estamos a fazer, o nosso trabalho, em total respeito pelas Reservas e pelas condicionantes legais e por tudo mais o resto como não podia deixar de ser.

É um investimento muitíssimo importante. Demorou-nos cinco longos anos a conquistar dentro da região NUT II do Centro. Tivemos vários adversários que foi preciso vencer e vamos ter só o Parque de Ciência e Tecnologia do país, melhor localizado, porque vai ser o único com uma relação física e íntima com uma universidade.

Qual é a grande vantagem disto? É que algumas competências instaladas no Campus Universitário não precisamos de as instalar no Parque da Ciência e Inovação.

É uma grande capacidade que conquistámos. Tenhamos capacidade de a executar bem nesta fase 1A, na fase 1B, e, obviamente, depois a chamada fase dois, que ficará à espera do sucesso da ocupação da área que se vai construir na fase 1A, esta que se vai financiar. Conseguimos um financiamento de quinze vírgula oito milhões de euros a fundo perdido. É uma grande conquista.

Quantos investimentos na nossa região, de natureza pública, conquistaram quinze vírgula oito milhões de euros de FEDER para executarmos um investimento tão importante?

Na obra vai ter quatrocentas pessoas a trabalhar e que nos primeiros meses de operação, vai ter cerca de meio milhar de pessoas a trabalhar. E é isto que nós precisamos, é de emprego, é de trabalho, é da empresa andar para a frente e não estar aqui com conversa que não serve para nada. Não há outro sítio. Isto não é uma zona industrial, isto é um Parque de Ciência e Tecnologia que tem na sua agregação ao Campus Universitário uma competência absolutamente necessária e absolutamente estratégica para que na concorrência com outros Parques de Ciência e Tecnologia tenhamos sucesso.

Lembro, não dizendo os nomes para não ferir sensibilidades, que na região centro um dos Parques de Ciência e Tecnologia que já temos tem a sua capacidade ocupada a trinta por cento e outro ainda nem aos vinte chegou. Nós temos que jogar este jogo com diferença e a nossa grande diferença é esta competência de, no fundo, irmos conseguir ter um Campus Universitário alargado integrando um Parque de Ciência e Tecnologia.

Quanto aos pórticos, deixar-vos o seguinte. A luta continua, eu sei que há uma ansiedade no nosso mandato e analisam-se quatro meses como se analisassem quatro anos.

As nossas dez prioridades para os dez primeiros meses estão a maior parte delas já cumpridas. Seguimos na luta. Não ganharemos todas as lutas, não temos ilusões disso. Lutamos em todas e lutamos para ganhar todas. Mas temos a consciência clara que poderemos não ganhar todas. E sorriremos às vitórias e às derrotas. Aquelas em que tivermos recurso lutaremos em segunda instância, aquelas em que não tivermos recursos saberemos perder porque na vida é preciso lutar para ganhar, é preciso saber ganhar, mas é preciso também saber perder.

Mas a luta, a esse nível, como a fiz no tempo, como Presidente da Câmara de Ílhavo e como Presidente da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, na altura com o Secretário de Estado Paulo Campos — e conseguimos dos quatro pórticos com que estávamos a lutar que um não fosse ativado. A luta hoje não pode ser de um pórtico porque se não não ganhamos pórtico nenhum. A luta tem que ser uma luta razoável e aquilo que o presidente Calafate aqui disse, que não vou repetir por poupança de tempo, é aquilo que temos de fazer, é aquilo que estamos a fazer.

Quantas vezes, em certas circunstâncias, porque nem sempre isto é verdade, a pior coisa que podemos fazer a certas lutas é fazê-las na praça pública. Tudo tem o seu tempo e nessa fase, nesse dossier, nós estamos na fase da não visibilidade.

Obviamente se ela correr mal depois haverá uma fase seguinte com visibilidade pública.

É um dossier importante que está para nós absolutamente claro, aquilo que é a nossa luta. Mas não vamos desistir também da nossa proposta de base de que os circuitos intra-NUT III não sejam portajados. E esta proposta não é uma proposta para a Região de Aveiro. Esta proposta é uma proposta para Portugal. Quem circula dentro da NUT III Algarve, na auto-estrada do Algarve, quem circula dentro da NUT III Aveiro, na A27, na A29, na A17 ou na A25, que os circuitos intra-NUT III não sejam portajados.

É um dossier que temos em cima da mesa em interação com o Governo. O Governo tem demorado muito mais tempo do que aquilo que prometeu já em várias fases em que estava para apresentar a reforma.

Esperemos que o governo apresente a sua reforma, primeiro para a podermos discutir, e esperando que de lá venham notícias sensatas. Não é esperar que sejam boas, é que sejam sensatas para o que se passa à volta da nossa Cidade sede do município.

Tomei muito boa nota das propostas do Presidente Casimiro Calafate em relação à questão dos pesados e que estamos a avaliar a dois níveis.

Um dos níveis é que tipo de incómodo é que essa medida poderia trazer a empresas que laboram à noite. Estamos a fazer essa análise em primeira instância. Essa é uma questão que nos preocupa. Se não existir aí dano relevante esse pode ser um ato sensato para melhorarmos a qualidade de vida dos cidadãos que vivem por ali perto. Obviamente se as questões já são pesadas de dia, são particularmente dramáticas à noite, e temos vários relatos de cidadãos que partilham connosco essa matéria.

Quanto aos assaltos, João Barbosa. Só dar nota que estamos a trabalhar já com as nossas forças policiais a vários níveis, já tivemos várias reuniões de trabalho com a PSP e com a GNR, vamos continuar a trabalhar. Iremos também reformular, virá cá espero que consigamos na Assembleia Municipal de Abril, é esse o nosso objetivo, no âmbito da alteração regulamentar recompormos o nosso Conselho Municipal de Segurança que é muito grande, tem lá uma série de entidades que, enfim, são todas muito relevantes, mas depois temos um Conselho Municipal de Segurança com cinquenta pessoas que não serve para nada. Portanto estamos a recompô-lo porque o queremos reativar, porque ele é muito importante e terá como não poderia deixar de ser representantes da própria Assembleia Municipal. Muito obrigado, Sr. Presidente.”

Presidente da Câmara:

“Só uma última nota. Não queremos ganhar nem perder coisa nenhuma. A nossa luta, o nosso objetivo é, finalmente, a nossa Região de Aveiro ter um Parque de Ciência e Tecnologia porque na Região Centro, Coimbra, Covilhã, Óbidos, Abrantes, têm Parque de Ciência e Tecnologia. No Norte são mais que muitos, não quero aqui citá-los. No Sul, no Algarve, são vários.

Aveiro que tem uma universidade de referência, que tem uma ligação extraordinária entre as empresas e a Universidade, não tem Parque de Ciência e Tecnologia.

Sabem uma notícia? Conquistámos o direito de ter. Conquistámos a capacidade financeira de ter, mas ainda há aveirenses a procurar que a coisa não se realize!?

Eu para isso só tenho o mais profundo lamento. Mas a luta continua e vamos ter Parque de Ciência e Tecnologia.”

PONTO 1. – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL DE 17DEZ13 a 21FEV14.

(O texto da [Informação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta ata, em anexo).

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Informação Escrita da Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁵

“Sr. Presidente, muito obrigado. Utilizarei esse tempo ou parte dele apenas para um dos aspectos da exposição, estando obviamente ao dispor para as questões todas e também para responder àquelas que não respondi no PAOD.

Tem a ver com o ponto de situação do trabalho que estamos a desenvolver no âmbito da auditoria, da reforma, e das medidas de gestão. Tem prosseguido todo o trabalho de levantamento, com reuniões internas, com muitas funções. Alguns dossiers vão tendo decisões com é evidente e daí medidas de gestão sobre dossiers muito complexos e com muitos problemas como o Parque da Sustentabilidade, como o das instalações dos armazéns gerais da Câmara Municipal, que mais do que serem auditados têm de ser auditados e resolvidos. Portanto tem de haver actos de gestão pela premência que algumas dessas situações têm.

O dossier, muito importante, das empresas municipais; o nosso cumprimento da Lei 50, a sua gestão e as alternativas de solução. Temos tido aí muito trabalho com interacções várias, com sindicatos, com empresas privadas ligadas às várias especialidades que são trabalhadas nos serviços das nossas empresas municipais.

As auditorias técnicas aos edifícios. Este foi um inverno muito penoso, como foi e como pelos vistos vai continuar a ser, como todos sabemos, mas não foi este inverno que estragou os nossos edifícios.

Nós já tínhamos terminado há cerca de dois meses o relatório dos edifícios escolares que estão num estado globalmente mau. Terminámos a semana passada o relatório dos

outros edifícios, dos edifícios municipais não escolares, e esses estão um bocado piores que os edifícios escolares.

E, de facto, o nosso Município tem um problema em mãos e não vamos ter recursos financeiros, nem fundos comunitários, para muitos deles, que é o estado inacreditável em que estão muitos dos nossos edifícios. Não é só meter água! É meter água com outro tipo de problemas como os sistemas eléctricos, alguns deles com problemas ao nível da própria estabilidade, alguns deles que causam dano a entidades privadas que trabalham ou têm operações de negócio dentro dos próprios edifícios municipais. Temos hoje esse trabalho técnico terminado para que agora se comecem a desenhar as operações de reabilitação. As de pequena escala andarão mais rapidamente para as de maior escala, obviamente, teremos de procurar a sustentabilidade financeira para as operações, porque na situação em que o nosso município está não temos condição para tratar dessas operações com a situação financeira que temos.

É a situação financeira, é a matéria financeira, que tem merecido toda a centralidade da nossa atenção e do nosso trabalho.

Além de muitas interações com o Governo e com a Comissão Técnica/Grupo de Trabalho que está a elaborar o tal instrumento, fundamental, para nós e para mais trinta e duas câmaras do país que é o Fundo de Apoio Municipal, temos também tido muito trabalho com os bancos porque temos que gerir o nosso serviço da dívida, para dois mil e catorze, de doze milhões de euros para conseguirmos ganhar ar para pagarmos outras dívidas e para podermos acorrer a necessidades de investimento a este nível de manutenção e de pequenas intervenções que temos que resolver.

Está encerrado o nosso canil municipal. Finalmente está encerrado, já está a ser desmantelado, está o problema resolvido. Está o nosso protocolo com o Município de Ílhavo em vigor, e está também anunciado publicamente a decisão, por unanimidade, do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, de iniciarmos um estudo para a elaboração de um projecto e construção de um canil/gatil intermunicipal, também com a competência de incineradora própria.

É uma decisão que tomámos e que vamos também nesse trabalho englobar o único centro de recolha de animais que é oficial e que tem alvará dos onze municípios da nossa região, que é o município de Ílhavo.

Portanto, é um objectivo que assumimos todos, e esperemos agora que o trabalho corra bem, depressa, e que depois consigamos uma equação de sustentabilidade financeira à escala dos onze municípios para termos aqui uma competência de infraestrutura com a devida qualidade para trabalhar esta área que tem muito a ver com a salubridade pública, com a gestão dos nossos animais vadios, procurando sempre que um dia deixemos de os ter e que possamos ter só animais que, pelo seu envelhecimento ou por outros motivos, precisam deste tipo de estruturas. Foi também um objectivo importante que perseguimos e que está cumprido. Mau grado, enfim, de uma série de cenas mirabolantes, nomeadamente as cenas do último dia do encerramento e que davam um belíssimo filme ou uma telenovela parecidas com aquelas fatias produzidas pelas melhores produtoras venezuelanas. Dava, de facto, uma coisa lindíssima!

Estamos também a terminar, a ultimar, o nosso plano de emergência das nossas estradas.

Às vezes ouvimos coisas que até parece que as nossas estradas em quatro meses ficaram muito mal. Não. As nossas estradas estavam muito mal há quatro meses e com um inverno destes, este quatro meses serviram para agravar globalmente o seu estado. Esta é a verdade objectiva.

Temos uma operação muito complexa porque o seu estado é de facto muito mau. Estamos já na fase da orçamentação para termos uma noção da dimensão financeira

do investimento necessário. Logo que regresse alguma condição climatérica, sem chuva, vamos iniciar operações com dimensão para tapar buracos e estamos a preparar um primeiro pacote de investimentos de repavimentação total. E o critério será as estradas em pior condição, fazendo depois ponderação em relação à intensidade do tráfego dos troços em causa.

Este trabalho tem envolvido os nossos parceiros que já falei há pouco: PSP, GNR, Protecção Civil, também um trabalho com os nossos Bombeiros, com as nossas duas corporações por causa da reforma da protecção civil na estrutura orgânica que hoje aqui abordaremos, etc.

Para vos dar nota que temos tido um trabalho muito intenso a este nível. Eu próprio e os Srs. Vereadores em quem deleguei funções e que comigo governam a Câmara, as chefias da Câmara Municipal, têm estado absolutamente envolvidas em todo este trabalho. Seguimos com uma intensidade forte procurando cumprir o nosso cronograma de referência, e que gosto sempre de lembrar que tem o final do mês de abril como o nosso mês de referência e o primeiro dia de maio como o arranque da implementação da reforma, porque é um elemento central de tudo isto, daquilo que interessa para a gestão do futuro e que são as operações de reforma.

Estamos já a assumir a posse, a gestão, dos armazéns novos. Hoje à meia-noite, o aterro, as instalações do antigo aterro sanitário de Taboeira, passam a estar sobre a nossa jurisdição directa. Já não há lá lixo da ERSUC.

Passamos agora à fase dois dessa operação, a fase um foi a fase de apoio à ERSUC, de acompanhar porque o trabalho foi da ERSUC, para libertar aquelas instalações — e tinham lá centenas de toneladas de muitas coisas, nomeadamente de lixo.

Agora passamos para a fase dois que é a fase municipal que está referenciada com uma duração de quatro meses, para fazermos a primeira fase das obras de qualificação para que ao final desses quatro meses se desactive a instalação onde estamos, que tem uma empresa privada como dona, à qual pagamos, luxuosamente, vinte e um mil euros por mês, e passamos a ter uma instalação que nos custa investimento, mas não nos vai custar rendas mensais como é claro.

Sr. Presidente, entendo que esta é a matéria que exige, da minha parte, realce nesta abertura do debate, estando disponível para responder às questões e participar no debate como muito bem entenderem. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁶

“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Ex.mos Srs. Deputados. Ex.mo Sr. Presidente da Câmara. Demais presentes.

Antes de mais uma nota prévia para dizer ao Sr. Presidente da Câmara, naturalmente num exercício de alguma desfaçatez, espero que tenha piedade dos deputados municipais à sua frente, do PSD e do CDS quando faz referências à gestão do anterior Executivo Camarário. Porque torna-se penoso e não creio que lhe fique bem com quem tanto apoio lhe tem dado e tão servilmente serviu os anteriores executivos camarários.

Sr. Presidente de Câmara, em relação à sua informação.

Primeiro dando de barato que este novo estilo de Comunicação do Presidente é melhor por comparação àquilo que era anterior. É de uma legibilidade mais fácil, é mais entendível, e, em abono da verdade, é justo reconhecê-lo.

Contudo chamo-lhe a atenção para uma falha legal. Por imposição legal as informações, comunicações, do Presidente devem conter também o estado da dívida,

uma referência ao saldo e estado da dívida. E esta não o faz! Traz balancetes que são coisa diversa do estado da dívida.

Sr. Presidente de Câmara, por referência sua nesta sua introdução ao primeiro ponto referiu o canil. Assunto muito tratado, muito tratado, salvo seja, mas várias vezes discutido aqui. Notei que o Sr. Presidente da Câmara referiu a possibilidade de nascer, crescer, instalar-se um canil intermunicipal. Ora, na sua comunicação refere que o local onde actualmente está o tal aterro, que vai deixar de o ser, felizmente, já devia deixar de ser há muito tempo, está prevista a instalação lá de um canil municipal. É a este a que se refere? Ou estamos a falar de dois canis? Aparentemente, não fará muito sentido. De qualquer forma acho que a clarificação não fica mal.

Sr. Presidente de Câmara, como é do conhecimento, espero que seja do seu conhecimento, o PCP apresentou alguns requerimentos à Mesa da Assembleia Municipal a propósito do presente momento que se vive quer na MoveAveiro, quer na MovePark. Como ainda não tivemos qualquer resposta da sua parte, até admito que ainda não tenham chegado às suas mãos, relembro aqui algumas questões que para o PCP são muito importantes. Nomeadamente, como é possível não existir reciprocidade entre os passes da MoveAveiro e da Transdev, num prejuízo claríssimo daquilo que é a coisa pública, a MoveAveiro, em benefício do privado, a Transdev. Nestas coisas é sempre assim, ganham sempre os mesmos. A segunda ideia e preocupação do PCP é se, eventualmente, estará na calha a Polícia Municipal fazer o trabalho dos fiscais da MovePark. Se isto é hipótese para o vosso Executivo? E uma última questão. Se existe alguma informação que o Sr. Presidente da Câmara possa dar relativamente ao pagamento dos salários para dois mil e catorze nestas empresas, se haverá algum risco?

Haveria outras questões que gostaríamos de colocar em relação ao Hospital mas creio que já terão sido colocadas por outros partidos. Creio, no entanto, que não ficaria mal se o Sr. Presidente da Câmara dissesse alguma coisa se, de facto, já teve alguma intervenção directa com o Hospital, para sabermos como é que as coisas estão.

Sr. Presidente da Câmara, duas ou três coisas finais. Primeira em relação ao estacionamento pago na cidade. O estacionamento pago é um instrumento de planeamento ou é uma fonte de receita, de lucro, pura e simples para esta Câmara de Aveiro? Se existe uma política ou não? Porque não se entende que em zonas que não são comerciais, zonas estritamente residenciais, estejam lá os malditos parquímetros para aquelas populações. Malditos porque acabam por se tornar inúteis. Porque a receita arrecadada em zonas residenciais acaba por se tornar supérflua, tendo em conta que um parquímetro custará qualquer coisa como cinco mil euros, digo eu, corrigir-me-á se eu estiver enganado. Isto não parece que faça muito sentido e é sempre em prejuízo do mesmo. Se em zonas comerciais poderá fazer sentido a existência de parquímetros para agilizar as coisas, noutras nem por isso.

Uma última nota final, Sr. Presidente da Câmara. Se, de facto, a colocação dos trabalhadores da Câmara Municipal de Aveiro a cumprirem um horário de quarente horas semanais resultou em alguma coisa ou para que é que isto serviu afinal de contas? Tenho dito.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[037](#)

“Empresas Municipais e factos sobre a MoveAveiro. O facto que nós temos aqui é que o Tribunal de Contas recusou o visto ao contrato-programa celebrado entre o Município de Aveiro e a Empresa, que visa a compensação da empresa pela prática de preços sociais. O acórdão do Tribunal sustenta a sua fundamentação no incumprimento

legal por parte da Câmara, incumprimento legal referente à Lei 50/2012 que, de facto, estabelece as condições para a extinção de empresas municipais. E também no incumprimento da Lei dos Compromissos. Face a isto, diz-nos a comunicação «a Câmara não encontra fundamento para recurso». Ou seja, a Câmara não recorre de uma decisão do Tribunal que responsabiliza o papel da própria Câmara para recusar esse visto ao contrato-programa. Ou seja, a Câmara depende de si própria para conseguir o visto. Isto é um facto que se tira da conclusão. Mas se é verdade que a Lei 50/2012 estabelece as condições para a extinção de empresas municipais. Também é verdade que prevê a possibilidade de municipalizar os serviços. Aliás, prevê concretamente a possibilidade de municipalizar serviços de transportes de passageiros. Portanto, o enquadramento legal não é nenhum obstáculo para municipalização da MoveAveiro. Aliás, na nossa opinião essa é a única opção viável para os destinos da MoveAveiro. É a única forma de garantir que o serviço de transportes é prestado com qualidade e com regularidade a todos os aveirenses, incluindo aqueles que não nos podemos esquecer que vivem nas freguesias limítrofes do concelho. Eu sei qual é a pergunta que o Sr. Presidente da Câmara vai fazer que é «onde está o dinheiro?». Não há dinheiro. Sei, porque já o fez. Agora, há uma proposta para isso. Para que a MoveAveiro sendo municipalizada seja financeiramente sustentável, o primeiro facto de todos e que não entendo como é que ainda não aconteceu, nem se mostrou vontade política de o fazer, que é a intermunicipalização dos serviços dos transportes com Ílhavo. Aliás, conhece muito bem Ílhavo. Fazendo a intermunicipalização da MoveAveiro com Ílhavo aumenta o número de passageiros, portanto, aumenta a receita e permite, legalmente, a subvenção do Estado à MoveAveiro. É uma fonte de receita que ainda não existe.

Depois, há a utilização das receitas da actual MovePark que devem servir, unicamente, para compensar o défice, o défice criado pela MoveAveiro, e que é perfeitamente legítimo porque serve um serviço público essencial.

E já agora, fazer uma gestão séria que não está a ser feita da empresa. O que está a acontecer actualmente tem a ver com o fim do último mandato, admito que sim, mas é uma anti-gestão. O fim dos serviços pendulares para horários que não servem a população, que servem apenas para servirem a Transdev e não a própria MoveAveiro, a forma como se vendem os passes... isso não é gerir uma empresa é destruí-la propositadamente. Eu até me questiono porque é que na comunicação que nos foi dada, e perante o resultado negativo de pouco mais de dois milhões de euros da MoveAveiro, a proposta para dois mil e catorze é apenas aumentar as tarifas e não melhorar a gestão do serviço. É fundamental melhorar a gestão do serviço recuperando as linhas que davam lucro, e que deixaram de dar porque foram cedidas, num acto de gestão, à Transdev, e adequando os percursos às necessidades da população que garantam um melhor serviço e garantam mais receita, também.

Esta questão da MovePark que eu referi anteriormente é uma solução aceite em tudo o que é cidade europeia onde os serviços de transportes públicos são uma referência. E é justo porque quem opta por levar o carro, que tem esse direito, quem opta por usar o carro todos os dias, é justo que pague, que contribua, para um serviço público para que quem opte por deixar o carro em casa ou para quem nem sequer tem carro. Quem frequenta os transportes colectivos e públicos pode e deve ser perfeitamente pago por quem leva o carro. É isso que acontece com quem paga o estacionamento, é isso que deve acontecer. A receita em Aveiro anda, mais ou menos, num milhão de euros por ano. Portanto, se a MoveAveiro deu agora dois milhões de euros com uma má gestão, parece-me que é perfeitamente sustentável, do ponto de vista económico, municipalizar esses serviços. Gostava de terminar referindo que nós, no Bloco, congratulamo-nos

com o fim dos concursos públicos, de uma vez por todas, para a construção de parques na Avenida ou da concessão do estacionamento por sessenta anos. E, portanto, pedimos que essa matéria se mantenha mais ou menos como está, precisamente para garantir uma receita que possa contribuir, de forma significativa, para a manutenção da MoveAveiro sob alçada pública.”

Vogal Maria da Luz (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[038](#)

“Boa noite a todos aqui presentes, Sr. Presidente, colegas do Executivo, Deputados. Depois de ouvir as várias angústias e amarguras, nós constatamos que a Troika está para o país como o PAEL está para a sobrevivência dos municípios, como QREN está para as expectativas e para as necessidades dos cidadãos. Estamos todos cativos dos dinheiros europeus, e vamos estando. Eu gostaria de saber, dentro deste âmbito, de estarmos cativos desses dinheiros, algo que vem aqui na comunicação do Sr. Presidente, e que diz respeito à Unidade de Saúde de Cacia. O Sr. Calafate não referiu há bocadinho quando referiu os rombos no Vouga, que são muito importantes, mas também o rombo na Saúde que em Aveiro está cada vez mais expressivo.

A Unidade de Cacia, tal como a Unidade de Esgueira, aguardam há muito tempo a sua execução, a sua realidade. São as expectativas dos próprios cidadãos e fazem parte das suas preferências. Eu gostava de saber o porquê da demora desta realidade, o que é que está aqui pendente, se é por causa da aquisição de um terreno ou se não será que carece do avanço e da vontade da própria Direcção Regional de Saúde do Centro? Será também que não tem dinheiro para os recursos humanos? Será que também não têm dinheiro para colocar ali equipas de profissionais? Uma coisa é um terreno que falta ser adquirido em Cacia, não sei o que é que falta ser adquirido em Esgueira, mas a verdade é que estes concursos, pelo menos as candidaturas tinham sido lançadas em Agosto. Eu gostaria de colocar isto na ordem do dia porque me parece que é importante quer para a população residente, quer para os idosos que ali têm dificuldade em ter acesso ao Hospital Central e que carecem deste percurso in loco. É apenas uma preocupação que é também uma preocupação das populações ali residentes. Obrigada.”

Vogal Paulo Marques (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[039](#)

“Relativamente a esta questão apenas irei referir-me a algo que muitas vezes não tem tanta relevância nas comunicações mas que se calhar são as primeiras coisas com que nós nos deparamos e são as primeiras coisas que as pessoas sentem no dia-a-dia. A actuação do Executivo é abrangente. O próprio documento aponta vários assuntos, aliás já aqui foram questionados pelos colegas da Assembleia. Mas há três ou quatro pormenores que são importantíssimos e que, por vezes, nós nos esquecemos. Estou a falar de algo que qualquer um de nós, pelo menos os mais atentos, vê no dia-a-dia, algo a que não estamos tão habituados como estaríamos, pelo menos, até à relativamente pouco tempo. Estou a falar que agora veem-se funcionários da autarquia a taparem os buracos, que são coisas que parece não terem importância. Veem-se os funcionários da autarquia de volta dos pequenos jardins e dos médios jardins e veem-se os funcionários da autarquia em pequenas coisas que às vezes passam despercebidas, como por exemplo, e falo em causa própria, um pequeno telheiro há muito solicitado nos contentores da escola da Vera Cruz. Uma pequena obra de três por três, um telheirozinho, que está a avançar. Já lá estão os pilares, praticamente faltam as telhas. Uma pequena obra mas uma grande necessidade. Não falo só por mim, sou um dos pais

dos meninos da escola da Vera Cruz, nós, pais, reunimos, sabemos os problemas, e aos poucos, obviamente dentro das limitações, vamos sendo ouvidos. Não é possível resolver tudo de uma vez. Mas são estes pequenos pormenores nos quais às vezes tropeçamos e que nos fazem sentir de que, realmente, algo está a mudar. Eu tenho a certeza que as pessoas, os mais atentos, sentem bem isso.

Na comunicação, para terminar, todos os assuntos têm o seu grau de importância, a sua pertinência, mas desses pontos todos gostam de falar. Eu preferi lembrar estes pequenos pontos que às vezes passam despercebidos e são os primeiros, os que com que nós nos deparamos.

Só mais um apontamento, que já aqui foi abordado pelo Sr. Presidente, e que tem a ver com os buracos. As pessoas, no dia-a-dia passam pelos buracos, mas também devemos reconhecer o esforço inglório porque as condições atmosféricas não permitem, mas o esforço existe, a vontade existe para ir colmatando alguns problemas dentro dessa área. Com toda a certeza acreditamos que, quando for possível, a solução será, de uma forma mais definitiva, encontrada. Disse.”

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[040](#)

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Confesso que não vou fazer a intervenção que tinha previsto. Vou só fazer duas referências. No decorrer destes trabalhos tive conhecimento da triste notícia do falecimento de um amigo meu, mas sobretudo de um cidadão a quem Aveiro e a nossa Universidade muito ficam a dever. Tive a triste notícia do falecimento do Dr. Hélder Castanheira. Um grande amigo que eu perco e um cidadão cuja memória cívica eu me curvo respeitosamente.

Faria melhor, neste momento, em calar-me, mas estou aqui em funções e não posso deixar de interpelar o Sr. Presidente da Câmara relativamente a duas questões da sua comunicação. A primeira das quais relativamente à informação que presta, Sr. Presidente, sobre a rotunda do Botafogo. Começa a ser um rol de ilegalidades, graves, aquilo que vem sistematicamente informando esta Assembleia. Porque, e era essa a pergunta que eu lhe dirijo, da leitura que eu faço do ponto número doze da sua comunicação, terá sido insidiosamente perpetrada uma encenação no sentido de que os cidadãos deste concelho tivessem a percepção de que iria ser realizada uma obra para a qual não havia qualquer suporte!? V. Exa escreve que relativamente à rotunda do Botafogo não foi executado qualquer projecto que permitisse o lançamento do concurso ou a sua adjudicação para a execução da obra!? Portanto, uma pergunta muito directa que lhe pergunto é se, de facto, a Câmara realizou despesa sem suporte legal? Reunidas as condições para a execução da obra, manifestamente, essa despesa não tem suporte legal. A pergunta que lhe dirijo, muito concreta, é: quais vão ser as consequências para este acto? E, de facto, qual é a qualificação que, não chega a concluir, mas relativamente à existência de intervenções (e são palavras suas) que apenas simulam uma obra que de facto não existia. Esta era a primeira nota que eu queria deixar.

A segunda era quase à guisa da primeira intervenção de há pouco, uma interpelação ao Sr. Presidente da Câmara relativamente ao que consta no ponto trinta e dois, “relatório do grupo de trabalho das infraestruturas de elevado valor acrescentado”. Eu estou convicto que o Sr. Presidente tem essa consciência porque a inclusão da ligação ferroviária Aveiro-Vilar-Formoso, Aveiro/Guarda/Salamanca, corre sérios riscos de não ver a luz do dia se não for acompanhada de uma pressão política do Sr. Presidente da Câmara e do Município de Aveiro, para o qual, obviamente, nos disponibilizamos.

Ou seja, trata-se de um equipamento da maior relevância, indo, aliás, ao encontro daquilo que foram decisões de anteriores governos e muito bem, entre as quais lembro a decisão sábia do Eng. João Cravinho que erigiu o Porto de Aveiro a um dos cinco portos nacionais, até então era uma mera Junta Autónoma, como se recordam, e a partir daí não mais deixou o pelotão da frente dos portos nacionais. E tem sido reconhecido sucessivamente, com os investimentos que tem beneficiado, a plataforma logística, o aumento dos calados, etc., mas trata-se de um financiamento da Rede Europeia de Transportes.

A menos que o governo português faça também pressão sobre Espanha, para dar seguimento à linha ferroviária, ela não virá a ser financiada. Fica muito bonito num papel que durante uns tempos encherá o nosso ego de estarmos contemplados, à partida, dum grande investimento, mas que a não ter esta concretização para além da fronteira, que só pode ter por pressão do Governo Português, dificilmente ela verá a luz do dia e isso merece a nossa maior preocupação. Portanto queria também saber se tenciona desenvolver alguma acção nesse sentido. E com isto termino.”

Vogal Ana Seiça Neves (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[041](#)

“Eu vinha chamar aqui a atenção primeiro para ver se o Sr. Presidente da Câmara toma nota dum dos muitos problemas que existem nesta cidade, nomeadamente com aquilo que se passa no Rossio por causa do mau piso.

É uma zona que é muito frequentada, sobretudo na altura do Verão. Há muita gente que diz que escorregou, que se aleijou, e eu não queria ver a Câmara com mais não sei quantas acções, apesar da ideia que tem e que eu lamento, que os advogados são demagogos.

Acho que não é assim e lamento que o diga. Podem ser muita coisa. É evidente que também alguns podem ser assim, mas não é a generalidade. Lamento e ficava-me mal eu não lhe dizer alguma coisa sobre isto.

Portanto o péssimo estado do Rossio a que se associam aquelas pessoas que o frequentam, nomeadamente à noite, e que já foi falado aqui várias vezes nesta Assembleia, e que seria altura de tentar resolver esse problema e que é um problema que preocupa toda a gente.

Não é só um local de prostituição, mas também os arrumadores muito contribuem para que aquilo se torne numa situação um bocado não quero dizer perigosa, mas que causa receio às pessoas.

Arrumadores que eu, neste momento, vejo que existem menos, sobretudo na zona da Loja do Cidadão, mas que é um problema que a cidade tem, se calhar à semelhança do que acontece com outras cidades, creio que a Câmara deverá ter em atenção essa situação.

Falando aqui com o meu vizinho do lado, disse-me que era melhor eu trazer um croqui para expor aquilo que vou expor oralmente. Se por acaso não me conseguir fazer entender eu prometo numa das próximas sessões trazer um croqui. Passo a explicar.

A Avenida 25 de Abril tem duas faixas ascendentes e duas descendentes. As duas faixas ascendentes, quando chega junto da escola José Estêvão tem uma faixa com indicação no piso para seguir em frente, a faixa mais à direita, e a outra tem o sinal para podermos entrar na Rua Infante D. Henrique. Aquilo funciona muito mal. Só quem passa por ali todos os dias é que sabe como aquilo funciona mal. E funciona mal sobretudo na descendente, na Av. 25 de Abril em direcção à Sé. Porquê? Porque uma das faixas está praticamente ocupada com carros que se encontram estacionados. Aquilo que supostamente seria para desembaraçar o trânsito, acaba por causar ali um

problema grande. E a mesma situação se verifica para quem se dirige do Tribunal para a Av. Araújo e Silva, depois de passar os semáforos do Parque, antes de entrar na Araújo e Silva, há os mesmos sinais, um em direcção à Rua Castro Matoso e outra em direcção à Avenida Araújo e Silva. Acontece que a maior parte das pessoas não ocupa aquela que se dirige à Avenida Araújo e Silva, mas antes a que se dirige à Rua Castro Matoso. Portanto, de facto, não funciona. Era um assunto que eu gostaria que pudesse ter alguma resolução, pelo menos para facilitar.

Não querendo ocupar muito tempo, lembrar realmente que vejo com preocupação como os autocarros dos transportes colectivos se comportam porque não estacionam nas zonas que lhes são destinadas, mas no meio das vias o que também causa um enorme embaraço ao trânsito. Não é preciso ir muito longe. Aqui em frente aos antigos Armazéns de Aveiro é o que acontece. É fácil ver. Eu sei que é difícil, que os condutores estão com pressa e as pessoas querem sair e entrar. Mas realmente aquilo causa embaraço ao trânsito que é muito, nesta zona. Por agora é tudo.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴²

“Boa noite, Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Colegas. Duas coisas muito breves e que estão relacionadas com a comunicação do Sr. Presidente da Câmara. O Sr. Presidente da Câmara aborda a sua preocupação na análise ao estado de conservação dos edifícios escolares. De facto, é uma preocupação que se justifica porque na verdade, eu lamento mas tenho pena que isso aconteça, porque sinto, porque é na área da minha jurisdição, de facto o que se está a passar. É azar de mais. É uma escola da Vera Cruz que, por erros técnicos, está parada, segundo tenho tomado conhecimento, através de várias pessoas, inclusivamente do empreiteiro, levando a que as crianças, os funcionários, o pessoal docente, continue nos contentores com as condições que não são as mais favoráveis. Pelo que vejo isso vai demorar, não vejo perspectivas de, a curto prazo, isto se resolver. Não é um problema desta Câmara, é um problema dos erros que eles cometeram. Não quero culpar ninguém, são coisas que aconteceram e que não correram bem.

Numa visita que fiz, há dois ou três dias, à escola da Glória o que é que eu vi? Vi que quer os pais, quer o pessoal docente, quer o pessoal auxiliar, desejariam que aquela escola não tivesse sido construída, aquele acrescento, aquele aumento não tivesse sido construído e regressássemos às antigas instalações. O pessoal desejaria que aquilo não tivesse acontecido. Um caso semelhante. Não correu bem, o projecto não foi o mais bem ponderado. É um edifício que não fornece as condições desejáveis, funcionais, para o bom exercício da sua função que é ensinar. São estas duas situações, Sr. Presidente. Já que tem a responsabilidade da Educação, e muito bem, estou consciente que irá empenhar-se na solução destes problemas.

Associo-me também aos problemas que aqui foram abordados em relação aos problemas do nosso Hospital. Familiares meus que por lá têm passado recentemente, ao ponto de estarem nove horas no Hospital é demais.

De facto, alguma coisa não está a correr bem. Não sei se um problema administrativo, local, não tenho que aprofundar, mas se calhar leva-me a pensar que talvez por estas razões, e outras semelhantes, o Sr. do Bloco de Esquerda tenha ido para o privado. Estará aqui justificada a razão porque não foi ao nosso Hospital.

Sr. Presidente, Ponte de Carcavelos. Linda a Ponte de Carcavelos. Foi lá que o Sr. se inspirou para a sua campanha eleitoral. Estou atento a essas coisas. Queria dizer-lhe que para mim é uma satisfação, não só pessoal, como para toda aquela zona da Beira Mar. Foi ali que vivi a minha adolescência, foi dali que saltei várias vezes para a Ria

para tomar banho. Se calhar saía mais sujo do que quando entrava, do que quando ia para lá. É um local, uma zona onde eu vivi, uma zona que recordo com paixão, com saudade. Essa intervenção na Ponte de Carcavelos que ainda não está concluída, Sr. Presidente precisamos de mais uns pincéis e uns retoques a funciona. O Sr. tem consciência disso.

As nossas árvores, Sr. Presidente. Esteja atento a isso. Vejo através da sua comunicação a sua apreensão para com as árvores. Eu sinto muito, sou muito sensível ao derrube de árvores, mas há algumas que, de facto, estão a mais. Não se justifica pelo perigo de queda, por doença. Eu tive no meu anterior Executivo um Sr. ligado às florestas, o Sr. Eng. Guimarães, um homem muito atento e que me ensinou a analisar as árvores. Algumas que estão aí referenciadas por nós, nós antiga Junta de Freguesia da Glória, e que necessitam que estejamos atentos ao seu estado de saúde. Há outras que estão em avenidas cujo passeio tem setenta centímetros de largo. Ou temos árvores ou temos passeio. As caldeiras, por sua vez, têm cinquenta ou sessenta centímetros, não temos passeio nem temos árvores em condições, nem temos espaço, realmente para ampliar.

Rua João Mendonça, já falámos, ainda bem, ponto final, está na gaveta.

E por último e com a sinceridade que me é característica, eu também cumprimento na pessoa do Sr. Deputado Ivar Corceiro e felicito pelos quinze anos do Bloco de Esquerda. Ficam estes apontamentos e nada mais. Muito obrigado.”

Vogal Firmino Marques (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[043](#)

“Obrigado, Sr. Presidente. Também teria muitos assuntos idênticos ao do meu companheiro Fernando Marques, mas quero aproveitar a oportunidade apenas para referir um que me preocupa principalmente, neste momento, pela contestação que vem sendo alvo. Por isso peço ao Sr. Presidente da Câmara que tudo faça para que se possam minorar os prejuízos que as obras na EN235, troço junto à Costa do Valado, estão a causar a todos aqueles que circulam habitualmente naquela artéria e, principalmente, aos comerciantes que ali estão situados. Era isto que gostaria de solicitar.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[044](#)

“Sr. Presidente da Mesa, nós acabámos de ouvir uma lição eloquente do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Vera Cruz e Glória, Sr. Fernando Marques, um autarca muitíssimo experiente na gestão das Juntas de Freguesia, e acabámos de o ouvir inventariar um conjunto de problemas de que esta Câmara deverá fazer o rastreio preciso daquilo que uma freguesia precisa.

Não deixa de constituir um apelo para que a Câmara aproveite os Presidentes das Juntas de Freguesia que tem. Nunca assistimos a isto ao longo de muitos e muitos anos, e especialmente nos últimos, em que a competência dos Presidentes das Juntas, a competência efectiva se tenha esvaído ao arrepio da Lei que vem dar-lhes competências. É uma coisa absolutamente caricata.

Quando a lei dá poderes aos Presidentes das Juntas a Câmara tira-lhos. Remete-os apenas para fazerem a gestão do pessoal auxiliar das escolas e até ao fim do ano!?

Eu acho que esta experiência do Sr. Presidente da Junta deveria ser aproveitada e que a Câmara tem o dever de repensar esta sua atitude de lhe tirar serviços, contratualizar com eles aquilo que eles podem e devem fazer, e fazem, seguramente melhor do que a Câmara.

Estou a lembrar-me que ainda há pouco falava aí num sítio, estava numa reunião, e falava-se: “até há pouco a Junta de Freguesia da Glória tinha a gestão do cemitério e o Sr. Presidente da Câmara, agora, até se mete para o cemitério”. Sei lá! Estará a cavar a sua cova? Pensei eu. Porventura sim. Com atitudes destas está a cavar, está a começar a fazer um trabalho no sentido de se enterrar, com o devido respeito, politicamente. Eu busquei este respigo porque estava assim no imediato.

Esta comunicação é uma comunicação necessariamente sumária. E digo necessariamente porque esta Câmara pouco mais tem do que cento e quinze ou cento e vinte dias de gestão. Não é próprio que venha aqui fazer uma comunicação de muita coisa que tenha feito, porque, na realidade, pouco ou nada fez. Mas faz proclamações! É alguma coisa. E nós ficamos com a expectativa dessas proclamações. Mas faz proclamações e di-lo de forma sumária. O que é que nos interessa a nós que por exemplo a Câmara venha dizer que “estamos a arranjar uma coisa de sustentabilidade financeira, rever isto e aquilo”... mas afinal isto são ideias vagas. Para que é que nós estamos aqui a perder o nosso tempo só para este teor de informação? Por amor de Deus, Sr. Presidente. Diga, mas diga coisas concretas. Diz assim: “já mexemos em dossiês, temos dossiês já feitos, nomeadamente estes. E nestes já feitos há toda esta sumariedade”. Mais nada. Tudo de forma sumária, sem nós podermos saber o que na realidade foi feito. O que para nós, devo dizer-lhe, vale zero. Esta é uma nota que é transversal a toda a comunicação.

Um outro aspecto é aquilo que também estava na gestão da Freguesia, porque o anterior Presidente, e peço desculpa pela comparação, fazia trabalho de delegar competências. Por exemplo, esta coisa dos cartões de residentes, regular os estacionamento e a proximidade com os munícipes era feita através dos Presidentes das Juntas, e era bem feita. Gerava alegria e contentamento, da forma como isto se geria e corria. Portanto, corria bem, pelos vistos não havia protestos. Agora não. Está a gerar descontentamento.

Devo dizer o seguinte a propósito disso do estacionamento. É preciso saber se as medidas que estão a ser tomadas pela Câmara, que a Câmara também sumariamente refere e nós não sabemos que medidas foram tomadas para termos posição concreta sobre isso. Nós não sabemos. A comunicação não nos diz nada. Fala disso, de regular mas não nos diz o que regulou e era importante que o fizesse. Se não para que serve isso? Vazio de conteúdo, novamente. Mas é preciso saber, é preciso que o Sr. Presidente da Câmara venha aqui, porque foi omissivo na comunicação, explicar, de viva voz, o que é que fez porque, na realidade, é o seu dever completar a informação. E depois nós veremos se isso colide com algum regulamento de taxas, que isso conste de algum regulamento de taxas, e então já não é o Sr. Presidente a fazer, se isso acontecer. Estou a pôr a hipótese para que não faça afirmações que eu disse coisas que era assim quando eu não sei se é, porque eu não sei o que é que o Sr. Presidente fez aos cartões. Mas se o que fez colidir com algum regulamento que tenha sido aprovado por esta Assembleia é aqui que o problema tem de ser tratado. Não é com o Sr. Há possibilidade de virem munícipes a esta Assembleia protestarem contra a forma como são tratados. Porque se isso for assim há essa possibilidade. Os munícipes não são coisa amorfa, tem uma coisa a dizer. Não é a Câmara e a sua Presidência que podem e devem decidir tudo, pelo contrário.

Por último. O Sr. Dr. Filipe Neto Brandão trouxe aqui um tema importante, porque, realmente, o tema é grave. Quando o Sr. Presidente diz na comunicação que estava em preparação uma rotunda em que não havia nada, absolutamente nada, desde logo o projecto conduziria tudo a uma ilegalidade. O que se andou a fazer sem projecto seria uma ilegalidade.

Mas isto suscitou-me a curiosidade. Devo dizer-lhe que o Sr. Presidente deveria informar-se com os Presidentes de Junta, com a Câmara, lá dentro, que há-de haver projectos. Com os próprios Presidentes de Junta, designadamente o anterior que é o actual, é o mesmo, e com o que foi do Partido Socialista, projectos que vêm dessa data. A Câmara anterior não só fez, pela informação que tenho, projectos, e mais que um, como comprou todos os terrenos, só falta regularizar um, como fez demolições e falta agora só a pavimentação.

Em menos do que quatro meses que o Sr. Presidente já tem de mandato, em menos do que isso, o presidente anterior concretizou esse outro trabalho, que a Câmara actual não conseguiu completar. Se alguma coisa está mal, se alguma coisa vai mal, é com esta Câmara, não é com a anterior.

O Sr. Presidente deve trazer aqui uma informação financeira de modo a que nós saibamos a sua evolução, e a evolução do que devia antes e do que passou a dever, o Sr. Presidente quanto a isso traz zero. E tem o dever de nos informar, sob pena disto ser outra vez vazio de conteúdo. Eu não gosto de brincar às Assembleias. Muito obrigado.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) – Nos termos do artigo 32.º do Regimento:⁰⁴⁵

“Sr. Presidente, apenas um pequeno esclarecimento ao Dr. Jorge Nascimento. Permite-me? Sr. Dr. Jorge Nascimento, com o devido respeito, agradecendo a intervenção que fez em favor das Juntas de Freguesia. Penso que os meus colegas concordarão com tudo, mas fez uma referência especial a mim, que agradeço. Mas o pedido para a minha intervenção foi, fundamentalmente, para esclarecer o seguinte. Há quatro anos, a Câmara anterior estabeleceu um acordo com as Juntas de Freguesia, então Junta de Freguesia da Glória, para a gestão dos cemitérios. Até este momento, Sr. Dr., nada foi alterado, nem tenho conhecimento que esteja a curto prazo qualquer coisa prevista. Continua a ser rigorosamente, neste caso já não é Junta da Glória é a União de Freguesias, por força da agregação, é que está a gerir tal como há um ano, como há dois, como há três e como foi no seu início que já lá vão quatro anos. Continua tudo na mesma.

É um esclarecimento, Sr. Dr., que se impunha. Estará mal informado, alguém lhe terá dito qualquer coisa, suponho, não sei. Mas nada mudou Sr. Dr. É apenas uma informação que faço, com todo o respeito para que fique devidamente esclarecido.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do artigo 32.º do Regimento:⁰⁴⁶

“Se por acaso há algum lapso nisto, eu alego-me com o meu lapso, porque eu quero que o Sr. continue com a gestão dos cemitérios. Muito obrigado.”

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁷

“Muito boa noite. Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa noite a todos os presentes. Neste documento que é intitulado “Comunicação do Sr. Presidente da Câmara” há aqui algumas notas que me parecem ser necessárias ter em conta para obter, a partir das mesmas, o devido esclarecimento. Sr. Presidente da Câmara, obviamente que já percebemos que há uma grande expectativa relativamente à auditoria que está em curso. Aguardamos com serenidade para percebermos qual o resultado da mesma. Entretanto, reportando-me àquilo que aqui está escrito, importa referir o seguinte. Há uns assuntos que são, aparentemente, tidos como já tratados. Estou, obviamente, a reportar-me àquilo que está escrito, seria interessante, para além daquilo que está aqui

referido, que nós tivéssemos mais informação sobre os assuntos que são aqui dados como tratados.

Quando refere, por exemplo, que foi feita a análise das hipóteses de solução e gestão de sustentabilidade dos serviços prestados, etc., etc., se foi feita a análise supostamente terá havido conclusões retiradas das análises efectuadas e elas não se encontram presentes neste documento!? Se foi a análise feita e não está aqui, neste documento, referida a respectiva conclusão da análise, nem se o Presidente não o faz oralmente, nós continuamos sem perceber qual o resultado da análise que foi efectuada. E isto surge duas ou três vezes quando se refere a processos que, e passo a citar, «tendo sido já tratados alguns dossiês, foi feita a análise de...» e portanto aguardamos as conclusões que esperamos que surjam, e que esperávamos que surgissem antes da dita auditoria.

Nomeadamente, há uma questão muito relevante, obviamente pode sempre apelar ao sentido de reserva de informação, quando refere que já foram tomadas algumas medidas relacionadas com a negociação com os bancos credores visando a replanificação do serviço de dívida. Isto é exactamente em concreto o quê?

Ou o que é que neste momento nos pode adiantar relativamente a isto, sem prejudicar aquelas que são as suas intenções mais abrangentes do ponto de vista da negociação. Este é um ponto que aparece aqui de forma reiterada.

Cito outro onde diz que «foi feito um diagnóstico e definição de soluções da reforma da política fiscal do Município, com incidência nas múltiplas fontes de receitas». Há conclusões ou não há conclusões sobre a questão da reforma fiscal? Isto significa o quê? Há aumento de impostos? Em que momento? Ainda este ano ou durante o próximo ano? Seria, de facto, interessante que, nestes aspectos, a informação viesse, de forma significativa, mais corroborada.

Vou repetir o que já foi aqui dito. A informação financeira nesta comunicação não existe. Obviamente estão os documentos financeiros em anexo à comunicação, mas gostaríamos de perceber qual é o pensamento do Executivo sobre essas questões, qual é o ponto de situação. Sendo, supostamente, este um documento que é discutido publicamente, seria interessante podermos ter informação legível para todas as pessoas, já que nem toda a gente está capacitada para ler a informação que vem em anexo. Relativamente à comunicação era isto que eu tinha a dizer.

Passei também os olhos sobre alguns anexos que vieram. Nomeadamente gostaria de citar dois deles.

O suposto plano de actividades da MoveAveiro e fazendo aqui alguma ponte entre aquilo que está no plano de actividades da MoveAveiro e aquilo que vem na comunicação, supondo que há aqui umas decisões a tomar sobre a MoveAveiro, o documento que é apresentado tem algumas incoerências. Supostamente refere uma aquisição de um Ferryboat e de uma viatura nova.

Portanto, estamos a falar exactamente de quê, sendo que a questão aqui não é, supostamente, só analisarmos a MoveAveiro mas é percebermos quais são as soluções de mobilidade que o Executivo preconiza para o Município, enquadrando isto, inclusive, com as questões dos Planos Intermunicipais de Mobilidade que estão em execução. Continuamos aqui com uma grande indefinição sobre aquilo que será a política de mobilidade a adoptar relativamente à MoveAveiro.

Relativamente à AveiroExpo eu diria que nos resta perceber que a AgroVouga não se realiza este ano, supostamente por questões financeiras.

Eu gostaria de saber se esse é apenas o único critério que, de facto, determina que este ano a AgroVouga não se realize, se é uma medida temporária, ou se temos aqui uma medida temporária à medida do Governo da Nação que vai transformando as coisas

temporárias em definitivas. Seria interessante perceber qual é o destino da AgroVouga. Obviamente que não podemos exigir, necessariamente, no pouco tempo que tem resolver estas coisas todas de uma vez, mas seria muito interessante, colocando aqui a referência aos assuntos, que nos desse mais informação para que nós pudéssemos fazer uma análise muito diferente desta que eu acabei de fazer.”

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[048](#)

“Esta minha intervenção tem a ver com aquilo que foram três preocupações que este Executivo encontrou logo após a tomada de posse. E prendem-se, em primeiro lugar, com a Unidade de Saúde de Esgueira.

Todos sabemos que há quase duas décadas que está anunciada, e não é, de facto, em quatro meses que a Unidade de Saúde vai aparecer. Se ela não apareceu antes da campanha eleitoral, e foi anunciada, também não será agora porque quatro meses são muito pouco para se iniciar uma Unidade de Saúde.

Contudo, quando chegámos à Junta de Freguesia deparámo-nos com a vontade de três médicos abandonarem a Unidade de Saúde por não terem condições de trabalho. Este Executivo após alguma conversa com o Sr Presidente da Câmara, vai iniciar pequenas obras a fim de que os nossos fregueses não fiquem sem médico.

Eu queria questionar, de facto, em que ponto se encontra o Centro de Saúde de Esgueira que, de facto, já devia ter raízes e apenas mantém, nem o temporal o derrubou, o placard a anunciar a sua construção. Portanto, de facto, ele irá para a frente com este Executivo.

Outro problema com que nós nos deparámos foi o encerramento de duas passagens de nível de Esgueira. Eu fiz questão de quando me foi comunicado, e me deparei com o encerramento, comunicar com a Câmara actual para a alertar para a situação. Dizer que nem sequer colocaram um aviso a dizer que estavam encerradas as passagens de nível. Este Executivo da Junta de Freguesia iniciou diligências junto do Agrupamento de Escolas de Esgueira, junto do IPAM e junto de um grupo de utentes, que se quis associar, no sentido de fazermos um ofício à REFER manifestando o nosso desagrado, manifestando os contratemplos e os transtornos que isso causa aos utentes e aos municípios da freguesia de Esgueira, que acaba e culmina com aquilo que é, neste momento, o estado degradante em que se encontra a rua principal de Esgueira. O tráfego tem sido enorme e aquela rua, pese embora eu tenha tido a compreensão da Câmara Municipal, algumas vezes e alguns buracos vão sendo tapados, mas o tráfego é enorme e aquilo está cada vez a ficar pior. Manifestar aqui a minha preocupação e dar conta de que a REFER nos respondeu no sentido de que a Câmara, o Sr. Presidente e eu também já falámos, nos mostrasse aquilo que foi a decisão do anterior Executivo Camarário e aquilo que foi a negociação que foi feita para aquele encerramento.

Já agora e na sequência daquilo que tem sido aquele tráfego no centro de Esgueira, também gostaria de saber em que ponto está a ligação da rotunda das Agradas, pois aquela ligação à A25 tiraria muito daquele tráfego que passa no centro para a A25. Tem de passar ali, forçosamente, porque não tem outro meio para ir para a A25. Já agora também o final da ponte que liga Esgueira às Agradas, a falta dos passeios. Há muita gente a caminhar, há muita gente a vir a pé, nomeadamente até para a Escola das Barrocas, e para Aveiro, e aqueles passeios não estão concluídos, não se finalizaram, já estão assim há oito anos. Muito obrigado, Sr. Presidente.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[049](#)

“Primeiro, dizer que a USF Salinas, em Cacia, em termos funcionais está a melhorar bastante, falta, realmente, o edifício que complete a boa organização que tem, de modo a que prestem melhores serviços à população de Cacia.

O meu assunto tem a ver com uma situação grave que existe no Baixo Vouga.

Queria aqui manifestar a minha solidariedade para com os agricultores e a Junta de Freguesia de Eixo porque é um assunto que eu conheço. Não hoje mas nas cheias de dois mil e um, posso-vos dizer que fui um dos acompanhantes da reparação dos estragos, enquanto Presidente da Associação do Baixo Vouga juntamente com o Presidente da Junta da altura, Sr. Joaquim Abreu, coordenado pelo actual Vereador Jorge Ratola, na altura noutras funções, e que conseguimos, com os meios do Regimento de Engenharia de Espinho resolver os graves problemas que na altura existiam em Eixo. E já aí o Ministério do Ambiente nada fez. Já aí.

Portanto, é um problema que vocês têm e que nós também cá em baixo temos. Cá em baixo temos outros. Cá em baixo, a jusante, no Baixo Vouga Lagunar temos outros. Entendemos nós mais graves porque os rombos que temos estão a inviabilizar a perspectiva de sementeiras em quase dois mil hectares, nas Freguesias de Cacia, Angeja, Fermelã e Canelas. Isto porquê? Porque temos rombos acentuados que se a água doce cresce afoga-nos os terrenos, se a água doce não cresce vem-nos a salgada e salta-nos para cima dos terrenos porque os picos das marés ultrapassam as zonas, sobretudo na margem direita, a jusante da Linha do Norte, e vai salgar terrenos agrícolas que nunca lá se passou. Eu posso dizer que este dique, a estrada de defesa, na margem norte, tem mais de cem anos de construção e é a primeira vez que tem as dimensões de rombos que tem hoje. Portanto, é um assunto premente, Sr. Presidente. Continuamos com problemas graves no Baixo Vouga, sobretudo no Baixo Vouga Lagunar, alguns por decisões de incompetência de alguns governos como foi, por exemplo, quando criaram a Administração do Porto de Aveiro e se esqueceram de toda a zona que era defendida pela Junta Autónoma do Porto de Aveiro, sem ser, objectivamente, defendida e quando há rombos, como é agora, e que na altura a JAPA resolvia, hoje não temos ninguém.

A acção da Agência Portuguesa do Ambiente, nesta altura, é quase nula. O protocolo que a CIRA está a fazer com a APA é de saudar, pela primeira vez, esperemos, que aquela decisão, que já tem muitos anos, de que sejamos nós, aveirenses, a gerir a Ria e o Baixo Vouga. Acho que é importantíssimo, mas deixo-lhe um apelo, Sr. Presidente. Enquanto este protocolo não estiver em execução e a APA esteja disponível para dar os meios à CIRA para avançarmos para estas reparações, pelo menos, é fundamental que cada Câmara per si, na sua área, nos resolva, minimamente, a possibilidade do ano agrícola que se avizinha não sofra.

E que as pessoas não abandonem definitivamente os seus terrenos. É importante nós também fazermos chegar reclamações junto da Agência do Ambiente.

Fala-se, realmente, num levantamento mas ficámos por aí. Já aconteceu em dois mil e onze, em Eixo e, portanto, temos um mau histórico de resposta do Ministério do Ambiente.

Portanto Sr. Presidente, eu acho que, e faço-lhe um apelo, como representante da Câmara Municipal de Aveiro, no que se refere a Cacia, e já agora também a Eixo, embora o meu colega Presidente de Eixo já tenha feito o seu trabalho, e também no âmbito da CIRA, coordene com os outros Presidentes de Câmara, sobretudo de Albergaria e Estarreja, de modo a que a reparação mínima, pelo menos até que uma

obra de consolidação seja feita, é importantíssimo que gastemos algum do processo autárquico para a defesa do nosso território. Obrigado, Sr. Presidente.”

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [050](#)

“Sr. Presidente. Srs. Deputados. A minha intervenção no âmbito da comunicação do Presidente prende-se com um problema sensível que tem suscitado muitas discussões ao longo dos últimos anos, nesta Assembleia, tem a ver com a questão das delegações de competências da Câmara para as Juntas de Freguesia. É uma questão sensível sobretudo por duas razões. A primeira é pelo facto das Juntas de Freguesia, legitimamente, quererem solucionar os problemas com que são confrontadas pelas populações e fazerem o seu trabalho, e muito do trabalho que fazem é um trabalho muito profícuo, com grande repercussão social. O outro problema prende-se com as verbas que a Câmara Municipal transfere, ou promete transferir, de acordo com aquilo que é aqui votado anualmente no âmbito do orçamento, e que não tem cumprido nos últimos anos ou cumpre de uma forma muito atrasada. O que traz algumas dificuldades de execução de pequenas obras e dos compromissos que as Juntas de Freguesia têm. É uma questão sensível e que nos tem aqui ocupado bastante tempo do nosso trabalho como deputados desta Assembleia Municipal.

A Lei 75, que é reconhecidamente uma má lei por uma série de argumentos que não vamos agora aqui aduzir, que não é o local próprio para isso, estabelece um novo figurino para a delegação de competências.

Há um que se mantém mais ou menos igual à lei anterior, mas com uma designação agora diferente, que são os contratos interadministrativos, para dar um exemplo.

Eles praticamente configuram-se como os anteriores protocolos, e, nesta ordem de trabalhos da Assembleia Municipal, já temos um no âmbito da educação, e basicamente estes querem dizer que todas as competências materiais da Câmara podem ser delegáveis nas Juntas de Freguesia desde que a Câmara assim o queira e a Junta de Freguesia assim o aceite.

Mas há uma novidade no âmbito da Lei 75, que na minha humilde opinião não é propriamente uma designação feliz, nem uma solução feliz, por parte do legislador, que são as chamadas delegações legais. E nessas, que estão elencadas, taxativamente no artigo 132.º, o legislador considera-as delegadas nas Juntas de Freguesia mas, para isso, tem que ser assinado um acordo de execução.

Um acordo de execução é um contrato administrativo e para um contrato administrativo concorrem duas vontades, a vontade da Câmara em fazer a delegação e a vontade da Junta em a receber. Só que há aqui uma novidade. O legislador impõe também que esses contratos, que esses acordos de execução, sejam celebrados nos cento e oitenta dias subsequentes à tomada de posse das autarquias locais, o que andar, de grosso modo, pelo final de Março.

Ora há aqui uma outra nuance para a qual queria chamar a atenção a Câmara e os Srs. Deputados, que tem a ver com a obrigatoriedade da Câmara Municipal em chamar à negociação cada uma das Juntas de Freguesia individualmente consideradas ou, eventualmente em conjunto, para que, com elas, dialogue e estabeleça quais as competências do artigo cento e trinta e dois, ou seja, da delegação delegada, que quer ver concretizadas por essa Junta. Se são todas, se são algumas, ou eventualmente nenhuma.

Nesta última circunstância, que parece ser aquela a vontade da Câmara, a Câmara, e digo Câmara porque a competência é da Câmara e não do Presidente da Câmara, a Câmara tem que justificar porque é que não faz a delegação legal de competências.

Ou seja, não está na livre disponibilidade do Presidente ou da Câmara Municipal dizer “eu não faço a delegação de competências porque não quero”. Isso não colhe para este figurino.

Há uma remissão importantíssima na lei que está no artigo cento e trinta e cinco, que estabelece que tem que se atender às caracterizações geográficas, demográfica, económica e social, de cada uma das Freguesias e, esse artigo, remete para um artigo cento e quinze onde implica um estudo.

Estudo esse que terá que provar ou não a viabilidade da delegação de competências. Esse estudo tem previstos cinco requisitos que têm de se verificar cumulativamente para se provar a viabilidade da delegação.

Eu reconheço que há alguma complexidade técnico-jurídica na abordagem que estou aqui a fazer, mas a lei assim o impõe, e aquilo para o que quero chamar a atenção da Câmara, dos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia nesta Assembleia, é que há um imperativo, um procedimento pré-contratual que tem de ser levado a cabo pela Câmara Municipal ainda que se chegue à conclusão de que a delegação de competências no âmbito da delegação legal não é viável e por isso não terão de assinar os acordos de execução.

Mas o que tem que haver é uma pro-actividade da Câmara em estabelecer essa ligação e essa negociação com as Juntas de Freguesia e condensar num estudo, com as devidas adaptações, que o próprio artigo cento e quinze estabelece para esta solução da delegação legal, e provar-se que não se podem fazer essas delegações legais, ou não se podem fazer algumas delas.

Mas desse estudo, dessa justificação, a Câmara Municipal de Aveiro na sua reunião de câmara tem de tomar conhecimento delas e, naturalmente, a Assembleia Municipal também tem que estar municiada desses documentos e tomar também conhecimento deles.

O prazo dos cento e oitenta dias está-se a esgotar e a pergunta que deixo ao Sr. Presidente da Câmara é saber qual o estado da arte desta matéria? Como disse e termino como comecei, é uma matéria bastante sensível.

Em outras sessões desta Assembleia Municipal, neste mandato, já aqui foi dado eco dessa fortíssima preocupação. Queríamos sublinhar e vincar com grande ênfase essa preocupação que o Partido Socialista também tem no facto de ter de haver na nossa opinião uma ligação estreitíssima entre a Câmara Municipal de Aveiro e cada uma das catorze Juntas de Freguesia do Município. Disse.”

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[051](#)

“Boa noite. Gostaria apenas de dar breve nota da concordância com as acções que estão expressas no relatório acerca do Parque da Sustentabilidade, na sua globalidade. Em especial aquelas que se prendem precisamente com a sustentabilidade ambiental deste grande investimento. Na mesma onda também em relação à Rua João Mendonça que me parece positiva a anulação da obra. Queria também louvar a postura da Indasa com relação à questão da retirada do pedido de benefícios fiscais que me parece uma situação pouco normal nos dias que correm, muito positiva. Finalmente, dar só uma pequena nota, porque já foi aqui abordado de outras formas, que em relação à informação municipal que tem saído, propaganda como lhe chama o Dr. Jorge Nascimento, eu julgo que ela tem sido bastante mais ponderada, fundamentada nas reuniões de câmara ou nas reuniões da assembleia municipal, bastante mais cuidada e, também, mais escassa, naturalmente. E, portanto, queria também dar os parabéns acerca desta matéria.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[052](#)

“Permita-me que me associe às palavras do Dr. Filipe Neto Brandão face ao falecimento do Dr. Hélder Castanheira. O Dr. Hélder Castanheira era um amigo, isso seria muito pouco importante para esta câmara, para a Assembleia, mas para além de amigo era um democrata, e isso é claramente bastante mais importante para todos nós, e foi um excelente, um excelente, administrador dos Serviços Sociais da Universidade de Aveiro. Eu poderia mesmo, sem querer interferir com a Universidade de Aveiro, agora que já não faço parte mas onde estive toda a minha vida profissional, sem querer interferir com essa, eu poderia dizer mesmo que foi ele que salvou o Serviço Social da Universidade de Aveiro. Portanto, queria-lhe prestar esta homenagem. Desculpem-me esta manifestação emotiva e particular.

Relativamente às intervenções, queria agradecer ao Sr. Dr. Filipe Guerra o apoio que foi concedido aos Srs. Deputados do PSD e do CDS que andam sempre chorosos e preocupados com a incongruência do apoio dado à Câmara anterior e do apoio dado a esta Câmara, e preocupados porque disseram bem anteriormente, agora dizem mal, estamos todos muito preocupados. O que vale, Sr. Deputado Filipe Guerra, é que se associa um outro deputado que acha que nós brincamos às assembleias. Portanto, como é a brincar é sinal que estamos todos satisfeitos. Portanto, muito obrigado, Sr. Deputado Filipe Guerra, muito obrigado Sr. Deputado Jorge Nascimento. Alivia um bocado a consciência, aquele peso que nós temos todos de reconhecer que a Câmara anterior não correspondeu, de forma nenhuma, às expectativas das pessoas que a tinham eleito, e não correspondeu, de forma nenhuma, às expectativas dos deputados do PSD e do CDS que aqui estavam. Eu não estava, mas não correspondeu àquelas que aqui estavam. Muitíssimo obrigado por nos darem esse apoio.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[053](#)

“Numa sociedade aberta em que quando alguém fala, intervém, e se refere a outrem há que ser dada a possibilidade desse outrem também se pronunciar. Se não repare. Quem fala no fim tem sempre a vantagem de vir reverter os argumentos. Não é inconstitucional, mas que não é democrático não é, e que não há princípio de contraditório também não. Este tipo de intervenções havia de suscitar regimentalmente, ou da parte de V. Exa. como bom moderador que é, a possibilidade da pessoa, mesmo que não seja ofendido na honra, como não foi o caso. Mas fala num tema que é referenciado a uma intervenção anterior. O Sr. Deputado tem toda a possibilidade de falar da ordem de trabalhos, escusa de se reportar àquilo que é passado. Não quero responder porque a referência até foi muito lisonjeira.”

Presidente da Mesa:[054](#)

“Apenas dizer-lhe que devemos exigir aos outros aquilo que primeiro exigimos a nós próprios.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[055](#)

“Obrigado a todos pelas questões. Vou procurar responder a todas de forma objectiva e sucinta. Subscrevo a nota do Dr. Henrique Diz àquilo que disse o Filipe Guerra. Também quando olho para vocês, em regra, vejo-vos com boa cara e com um sentimento de dever cumprido e de felicidade, no serviço ao nosso Município.

Em relação à falta da informação mais específica sobre a dívida, devo garantir que na próxima comunicação essa lacuna já estará suprida. Além do mais, estaremos a cumprir, a partir do primeiro trimestre deste ano, no final do primeiro trimestre de dois mil e catorze, a obrigatoriedade legal de tornarmos pública, trimestralmente, a situação financeira da Câmara. Sabendo que na situação financeira da Câmara cumprimos a lei que, basicamente, a grande questão nessa nota, aliás é uma informação muito sucinta, cabe numa folha A4, com muitos poucos números, e a informação principal terá a ver com a dívida. Passaremos a cumprir a esse nível e passaremos também depois, com a actualização relativa ao tempo de cada reunião nossa, da Assembleia Municipal, a integrar também, num conjunto de informações complementares, essa mesma informação.

Quanto ao canil, lembrar que aquilo que disse aqui é que estamos a fazer uma análise sobre o estado da qualidade física da obra que se parou há uns anos, junto, exactamente, ao novo sítio dos nossos armazéns gerais. Na componente física verificar em que estado está aquele edifício que lá está, e também o cumprimento das normas legais. Esse trabalho está a ser desenvolvido, perto do fim, e olharemos para ele quando estivermos a fazer também o estudo da tal localização do canil intermunicipal, e olharemos também para essa possibilidade e também para muitas outras que no estudo serão tratadas. Portanto, é uma possibilidade como muitas outras que garantidamente abordaremos. Quanto ao requerimento do PCP serão todos respondidos, como é evidente, e virão também no pacote de informação relevante, ou mais relevante, que vamos transpor para a Assembleia Municipal no que respeita à auditoria.

Quanto ao pagamento de salários. A vida não está fácil, é bom que tenhamos esta consciência. Eu não quero estar a falar sempre nisto porque temos é que resolver o problema. Mas às vezes há intervenções que parece que a Câmara Municipal não tem um problema financeiro gravíssimo. Enquanto eu continuar a ouvir algumas pessoas a fazer de conta que não temos um problema financeiro gravíssimo, eu vou ter que lembrar que temos. Pertencemos ao grupo das três piores câmaras do país em situação financeira. Portanto, não vale a pena. Este problema tem que ser resolvido, esta semana chegou mais uma péssima notícia. É que, por força do incumprimento do limite de endividamento de dois mil e doze, a Câmara vai sofrer uma sanção de retenção de vinte por cento das transferências do Orçamento do Estado, o que quer dizer menos cento e quinze mil euros por mês, quer dizer que a nossa dificuldade próxima que era pagar os ordenados de abril passou agora para os ordenados de março. Portanto, não vale a pena a demagogia, a conversa de em quatro meses resolvermos problemas, alguns que têm muito mais que oito anos. A Câmara de Aveiro tem um problema profundamente grave, estamos a trabalhar para o resolver, mas ele não se resolve com um estalar de dedos e é bom que tenhamos esta consciência. Ao Filipe Guerra dar-lhe nota que a nossa primeira preocupação da gestão financeira é garantir o pagamento dos salários. Este inconveniente, este problema que nos surgiu esta semana, e que reclamámos dele, enfim, com argumentos de natureza política e de pedir apoio, porque a sanção está correcta, a Câmara, de facto, não cumpriu em dois mil e doze, e portanto a sanção. É pena, chegou com um ano de atraso mas chegou à nossa câmara e a mais cinquenta e nove. Foram sessenta as câmaras municipais do país que não cumpriram o limite de endividamento determinado pela lei do Orçamento do Estado em dois mil e doze. É esta a nossa vida. Aliás, ainda hoje estava a sair do gabinete quando a minha secretária me veio informar de mais uma penhora que chegou, interposta por um gabinete de advogados da nossa praça. A luta segue, estamos determinadíssimos, empenhadíssimos, mas, de facto, temos uma situação gravíssima na nossa mão.

Sr. Presidente Casimiro Calafate, nós fazemos tudo só que não podemos. Não temos dinheiro, vamos cometer mais uma ilegalidade, vamos deixar mais um empreiteiro pendurado porque não lhe vamos pagar. Nós temos que nos centrar, e estamos centrados, em resolver o problema gravíssimo de insustentabilidade financeira total da nossa Câmara Municipal e do Universo de Entidades Municipais. É aqui o foco e nós estamos empenhadíssimos, com esperança de resolvermos, mas, obviamente, é um ano de muito trabalho de interação com os nossos parceiros. E quem são os parceiros? É o Governo, é a banca, são os nossos mil e quatrocentos credores, é toda esta gente, são os nossos parceiros. É com quem temos que contar para resolvermos o nosso problema. Em relação ao estacionamento dizer-vos o seguinte. Criámos esta semana, foi activada pelo Sr. Vereador Jorge Ratola, a nossa primeira equipa técnica gestora de estacionamento. Nunca a Câmara Municipal de Aveiro teve uma equipa para estudar, planear, estacionamento pago ou não pago. Está criada, está a funcionar, com técnicos que a Câmara tem mas que nunca falaram uns com os outros sequer, e temos quatro especialistas na área, nunca falaram sequer uns com os outros sobre a matéria. Começaram a falar esta semana, vamos com eles desenvolver um estudo, concluir o estudo e aplicar medidas sobre esta matéria, com qualidade técnica e com profundidade, e não à 'papo seco' que foi aquilo que fomos fazendo ao longo dos últimos anos.

Quanto às quarenta horas é público, o Filipe Guerra também sabe, que o Governo entendeu, para sair do beco onde se meteu, pedir um parecer à Procuradoria Geral da República, e aguardamos o resultado desse parecer.

Ao Ivar Corceiro dizer-lhe duas ou três notas muito sumárias. Falaremos muito, eventualmente, na nossa Assembleia de abril, é minha convicção que na nossa assembleia de abril, sobre a MoveAveiro. A MoveAveiro tem um problema gravíssimo. Os municípios de Ílhavo e outros estão disponíveis para cooperar, não estão disponíveis para andar agora a pagar a desgraçar dos outros. Portanto, nós temos que resolver o nosso problema e arranjar parceiros para gerir as nossas competências, sabendo que os outros municípios têm questões legais. É bom não esquecer que os nossos municípios vizinhos, que não Aveiro, têm essa matéria tratada pelo próprio Governo por contratos com entidades privadas. Nós aqui é que somos o município diferente já que o contrato do Governo é com a Câmara. Os nossos vizinhos, todos eles, os dez na nossa região, não podem jogar este jogo no nosso patamar legal porque a sua realidade legal é, absolutamente, distinta da nossa. Há sinergias possíveis, há algumas, o próprio protocolo, que com o qual discordamos porque se trata de uma intervenção de legalidade profundamente duvidosa, já tirou a Transdev, tira alguns proveitos desta intermunicipalidade no trabalho que estamos a desenhar de caderno de encargos, procurando que se consigam mais ganhos pela intermunicipalidade cumprindo a lei e os direitos das outras empresas que operam nos outros municípios.

Dra. Maria da Luz Nolasco, enfim, só dizer que eu rio-me da sua intervenção porque, de facto, é triste que alguém que foi responsável pela gestão anterior não saiba o que se passa com a USF de Cacia e com a USF de Esgueira. A USF de Cacia não tinha os terrenos comprados, como ainda hoje falta um. A USF de Cacia não tinha contrato de financiamento aprovado no PO. Está aprovado há duas semanas, ainda nem sequer assinámos o contrato de financiamento. A USF de Cacia não tem visto do Tribunal de Contas e temos um problema grave porque nem sequer havia mapa de fundos disponíveis no mandato anterior e, portanto, temos um problema gravíssimo com o Tribunal de Contas. Neste momento, o processo já está em Tribunal de Contas, o contrato de empreitada da USF de Cacia está no Tribunal de Contas com dificuldades brutais como sabemos, porque temos um problema porque não cumprimos, nunca

cumprimos a Lei dos Compromissos. A nossa Câmara decidiu, por deliberação dos seus gestores, mandar parar a elaboração do mapa de fundos disponíveis no final do ano de dois mil e doze. Quanto à USF de Esgueira, essa é muito mais grave. A USF de Esgueira está para adjudicar há quase dez meses. Vai ser adjudicada numa adjudicação muito difícil, muito complexa. Vai ser adjudicada na próxima quarta-feira e depois temos tudo o resto. Temos que resolver o problema com a colectividade do nosso Clube do Povo de Esgueira, porque a USF vai ser construída no pavilhão onde trabalham cerca de cento e cinquenta crianças e jovens em formação de basquetebol. Temos que resolver o problema, é um problema sério. Já reunimos, neste momento ainda só temos reuniões com problemas muito graves, ainda não passámos do patamar dos muito graves para os graves e ligeiros. Já reunimos com o Clube do Povo de Esgueira, como não podia deixar de ser porque, correndo bem, e estamos a lutar para que corra bem a adjudicação, o visto do Tribunal de Contas e a assinatura do contrato de financiamento que ainda não está feita. Já está aprovada a candidatura, essa já conseguimos, mas ainda não assinámos o contrato. Temos que resolver o problema do pavilhão das Cardadeiras para que seja possível começarmos a nossa obra, porque não é possível, não é aconselhável, fazermos uma obra em cima de um pavilhão onde treinam diariamente cento e cinquenta pessoas.

Algumas notas, peço desculpa, que passarei. Obviamente que registo, tomo nota e que agradeço algumas referências, passarei por gestão de tempo.

Quero, obviamente associar a minha palavra, o meu testemunho, procurando deixar a fortíssima relação pessoal com o Hélder Castanheira fora desta minha palavra. Agradecer o seu trabalho, o seu aveirismo saudável, tudo aquilo que fez por tantos de nós e por tantos milhares de jovens que trabalharam na nossa Universidade. Quero deixar esta palavra de profundo reconhecimento e de me vergar neste momento do fim da sua vida.

Em relação à questão do Dr. Filipe Neto Brandão. Usou a palavra encenação, nós usamos a palavra simulação. Não são muito diferentes, é o que é. A Câmara comprou os terrenos quase todos, falta comprar um, de resto não fez nada. Não há projecto nenhum, eventualmente há algum desenho. Há pessoas que baralham tudo e chamam projectos a desenhos, ou a coisas que a gente às vezes faz assim no ar, mas, de facto, projectos a nossa Câmara nunca teve.

O grupo de trabalho das infraestruturas de elevado valor acrescentado. Estamos a ter muito trabalho neste dossiê. Não vale a pena estarmos aqui a pôr a Câmara e a pressão da Câmara, nós estamos a jogar um outro jogo. A matéria é muito complexa; a concorrência é pesada; temos um problema com Espanha; temos um problema com o nosso concorrente, que é a ligação a Sul, Setúbal – Sines – Caia – Posseirão; e, portanto, estamos aqui num trabalho muito forte, muito intenso, com a Plataforma A25, com um conjunto de entidades públicas e privadas das regiões Centro e Norte. É uma luta importantíssima para Portugal e para a economia portuguesa, para a competitividade portuguesa. Não vamos estragar uma questão destas com questões de natureza municipal. É importante para Aveiro? Obviamente, mas esse argumento não chega. Lembro sempre a Cimeira Ibérica no tempo em que o Dr. Durão Barroso, agora presidente da Comissão Europeia, era Primeiro-ministro de Portugal, e que, em dois mil e dezassete estaria a iniciar-se a obra do TGV Aveiro – Salamanca. Houve regozijos notáveis de todos nós, de muitos de nós, sobre semelhante matéria. E vejam lá as voltas que o mundo dá.

Dra. Ana Maria Seiça Neves, eu não disse isso dos advogados. Agradeço que não deturpe as minhas palavras. Estava apenas a referenciar a demagogia do Dr. Jorge Nascimento. Eu sei que há sempre aquela solidariedade dos colegas, é bonito, mas

permita-me dizer-lhe que esta questão do Rossio nos está a merecer muito trabalho de reflexão. Dar-lhe uma nota. O Rossio precisa de uma volta completa, deixar-lhe a nota assim, em termos físicos, em termos de gestão de vida, em termos de revitalização. Esse é um dossiê ao qual dedicaremos muita atenção em termos de reflexão, de projecto, para podermos vir a ter depois os instrumentos financeiros para darmos vida ao Rossio, qualificando-o. Algumas das notas que deu de vivência negativa têm muito a ver com a falta de qualidade física daquele espaço. Portanto, teremos de trabalhar lá, além de questões gravíssimas que estamos a tratar de doenças penosas de algumas das nossas majestosas palmeiras que nos estão a merecer trabalho técnico e que espero bem que não tenhamos que tomar medidas radicais porque temos problemas graves com a saúde de algumas das nossas palmeiras naquele espaço. Como sabemos, faz muito parte da personalidade daquele espaço e da sua relação com o nosso canal.

Normalmente os advogados não têm jeito para os desenhos mas têm jeito para a palavra. E a sua descrição sobre as nossas rodovias foi de uma notoriedade absoluta. Parecia que estava a ver o desenho. Se a Sra. Dra. quiser exprimir o seu desenho eu tenho muito gosto em vê-lo, mas percebi completamente. Sabe que estudei na Escola José Estêvão, durante três anos levei para lá o meu filho que lá estudou também, e, portanto, conheço tão bem como a palma da minha mão ou, eventualmente, um bocadinho melhor porque é raro olhar para a palma da minha mão. Tomo boa nota, temos essa perspectiva sobre os problemas que citou e outros que não citou, mas obviamente essa matéria carece de uma abordagem global. Não tanto, ou não só, àquela via, mas junto de vias que interagem com aquela e que precisam de uma reflexão primeira que esta nossa equipa também vai fazer, para que depois possamos fazer obra de qualificação, cuidando também das árvores, como o nosso presidente Fernando Marques falou. Algumas das árvores que precisam de uma volta profunda são, precisamente, estas que existem na Avenida 25 de Abril. A questão dos autocarros é verdade e tomei boa nota.

Presidente Fernando Marques. Agradeço muito aquilo que disse. Enfim, já falámos muito sobre isso, eu não vou estar aqui a cansar-nos a todos com as nossas conversas. Eu julgo que esta semana resolvemos todos os problemas da Vera Cruz. A Vera Cruz tinha um projecto feito à papo-seco; a Vera Cruz não tinha projecto completo de estruturas; a Vera Cruz tinha um conflito grave da Câmara com o empreiteiro; outro provocado pela Câmara, da Câmara com o sub-empreiteiro; e fico por aqui porque o meu tempo também é limitado. E a Glória é, de facto, aquilo que não se deve fazer. Eu só tenho pena de não termos sido capazes de impedir a obra porque ela agora está feita. E corrigi-la é possível? Claro que é possível, custa um monte de dinheiro e agora não há fundo comunitário para refazer aquela asneira. A Escola da Glória é um tratado daquilo que não se deve fazer numa escola, neste caso, de primeiro ciclo. Mas está feito. Procuraremos, já estamos a desenhar, vamos discutir na reunião que já está marcada com os nossos presidentes de junta, na reforma da nossa carta educativa, medidas para que aquela escola, pelo menos, não seja penalizada por ter excesso de alunos para as condições físicas que tem. De facto, aquela escola para as condições físicas que tem não pode ter a população estudantil que tem.

As verbas do Portugal 2020 para as escolas são um problema grave. O Governo, é uma das suas lutas complicadas, porque ao abrigo das normas da Estratégia 2020 da União Europeia as escolas têm prioridade negativa. O Governo conseguiu que, para Portugal, houvesse uma excepção. A excepção já está aceite, apenas a dotação que está referenciada no acordo de parceria é muito curta: trezentos milhões de euros. Para qualificar todo o parque escolar, pré, primeiro, segundo e terceiro ciclos e secundário, para Portugal, é muito pouco. Se tivéssemos essa verba só para a região Centro já era

pouco. Espero que o Governo tenha sucesso na negociação com a União Europeia porque, de facto, temos aí um problema muito complexo de acessibilidade ao financiamento neste tipo de operação.

Ao Presidente Firmino Ferreira dar nota de que essa obra também sofre do inverno penoso que temos tido. A obra está na fase final. Falta o quê? Falta a parte do revestimento que permite a boa acessibilidade e a sua boa utilização. A ERSUC, que é a dona da obra, seguramente que com alguma melhoria do tempo, que é absolutamente necessário, terminara bem a obra. Obviamente que tem inconvenientes mas deriva da natureza da própria obra que é complexa, destruiu tudo e construiu infraestruturas novas, e tem que acabar bem, mas para acabar bem tem que, durante algum tempo, chover muito menos porque se não a obra não tem condição de acabar. Se não, vai acabar mal e então teremos um outro problema que é uma obra mal acabada e passadas duas ou três semanas nascem outros problemas, e esses nós não queremos. Queremos a obra bem acabada mesmo que tenhamos que sofrer um bocadinho mais.

Sr. Dr. Jorge Nascimento, porque procura potenciar sistematicamente esta guerra entre Câmara e Juntas. Nós não fazemos isso, vamos ter uma cooperação saudável. Nunca vamos dever um vírgula sete milhões de euros às Juntas de Freguesia, que é quanto a Câmara Municipal deve, neste momento, às suas juntas de freguesia. Nunca vamos dever um vírgula sete milhões de euros. Além de mais, devo dizer-lhe, seguramente, que é recorde nacional. É uma questão de elegância democrática e de respeitabilidade institucional uma câmara não dever dinheiro às suas juntas de freguesia. Eu não conheço mais nenhuma patologia desta natureza. Quem criou este problema vir para aqui dar sermões de boa relação institucional entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, de facto, tem alguma graça mas não passa disso. Tem só mesmo graça. Nós vamos resolver o problema, vamos pagar o que devemos e vamos fazer contratos de delegação de competências com qualidade, com rigor, para serem cumpridos para que os Srs. Presidentes de Junta não andem a penar com as entidades, as empresas, a quem devem dinheiro porque a câmara lhes deve a eles. O mecanismo não para na Junta. Há depois mais alguém que está no circuito, como é óbvio.

Dr. Marques Pereira. Tudo o que disse está bem, eu não vou cansá-lo, nem a si, nem a ninguém. Estamos a fazer um trabalho muito difícil entre a ANMP e a ANAFRE, com a vantagem que escolhemos a mesma entidade para ajudar as duas associações para resolvermos o problema desta inenarrável lei que é a Lei 75. A Universidade do Minho, o Centro de Estudos da Universidade do Minho, está a trabalhar connosco. Aliás ainda há dias me encontrei, eu de palestrante e a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Esgueira de assistente, numa conferência na AEP, em Matosinhos, precisamente sobre esta matéria. Estamos a fazer, em interacção entre a ANMP, a ANAFRE e o Governo, a resolver bem aquilo que a lei resolveu com os pés. Não vos vou cansar mas terei gosto em entregar os documentos que já são documentos deste trabalho da ANAFRE e da ANMP para resolver o problema que passa por um protocolo-tipo, passa por tomar decisões sensatas porque o legislador, este legislador, não falou com o legislador do Orçamento do Estado, e, portanto, transferir competências sem o envelope financeiro quer dizer que não se podem executar, ponto final parágrafo. Estamos a trabalhar nessa plataforma institucional para arranjarmos soluções para os problemas que a lei veio trazer. Não veio trazer solução de nada, veio trazer problemas. Embora lembro que a anterior lei, de noventa e nove, já ela própria tinha patologias que nunca se resolveram. Foi uma pena perder a oportunidade de, com uma lei nova, resolver aquilo que a lei de noventa e nove nunca tinha resolvido.

Em relação ao cartão de residente dar nota que é uma operação que está em curso. Cumprimos o regulamento, as normas todas, não há nada ferido. Tivemos um conjunto

de reclamações, bem menos do que aquelas que perspectivámos. Temos respondido a tudo, está tratado tudo com os nossos cidadãos. Julgo que nenhum está à espera de vir à Assembleia Municipal. Têm ido à Câmara, têm mandado e-mails, têm assinado algumas declarações no Livro de Reclamações, tem havido uma interacção permanente. Sobre esta matéria o Vereador Jorge Ratola tem o seu dossiê, mas esse tem passado por nós todos. Ainda hoje dei uma audiência de rua com um cidadão por causa dessa precisa matéria. Devo dizer que é um balanço muito positivo aquele que vivemos. Deixámos de ter dois mil lugares de estacionamento, arredondando a conta, e dois mil cartões. Neste momento mantemos os dois mil lugares de estacionamento e estamos com setecentos cartões, eventualmente, talvez, acabe acima dos oitocentos. Estamos a gerir com qualidade, com critério, com rigor. Aliás, seguindo também aí o bom exemplo da Junta de Freguesia da Glória, foi um bom exemplo de gestão. Tirámos muitas lições da gestão da Junta de Freguesia da Glória para gerirmos bem, procurando gerir melhor. Quando fazemos actos de gestão e tiramos lições sempre procuramos fazer melhor e é isso que estamos a procurar fazer, com notas globalmente positivas. Vai haver uma segunda fase que é quando alterarmos o regulamento, Sr. João Barbosa. Vai haver uma fase em que vamos mexer no regulamento e quando mexermos no regulamento, que ainda não mexemos, quando alterarmos o regulamento, alguns problemas que hoje temos vamos deixar de ter porque vamos ter instrumentos para responder a algumas questões que alguns cidadãos nos colocam e que actualmente, regulamentarmente, estamos impedidos de resolver algumas dessas situações.

Francisco Picado, eu discordo de si. Quer dizer, das duas uma. Quando damos informação é porque damos e é pouco, se não damos é porque não damos. Há matérias aqui que estão tratadas já com pormenor. Parque da Sustentabilidade, Rotunda do Bota Fogo, Armazéns Gerais, dossiês complicadíssimos. O dossiê dos Armazéns Gerais é dos dossiês mais complicados que temos em mãos, dos mais graves. Desbaratámos três vírgula três milhões de euros. Dos mais graves da gestão desta Câmara Municipal. E está tratadinho e está aí um ponto específico que o conta. Naquilo que é a análise, quero dizer ao Sr. Dr. que ainda não temos conclusões, porque aquilo que estiver concluído e fechado nós vamos apresentando. Não estamos à espera de fecharmos o dossiê todo e virmos aqui com uma carrada de coisas. Não. Aqueles que vamos fechando é por premência. Fechámos o Parque da Sustentabilidade porquê? Porque tem fundos comunitários e ou andamos e resolvemos ou perdemos o financiamento. O cartão de residente mechemos porquê? Porque havia um prazo em que acabava a validade de um conjunto de medidas, a trinta e um de dezembro. É esta dinâmica que gerimos sem esconder nada. Aqui ninguém está a esconder coisa nenhuma, estamos a fazer o trabalho com rigor e a transferir a informação de acordo com esses critérios de rigor e com a matéria concluída.

Quanto à REFER, a Presidente Ângela Almeida falou da REFER. Já nos rimos, aliás, os dois juntos por causa disto. O que é que a REFER fez com a carta da Junta de Freguesia? Mandou-a para a Câmara porque aquilo que aconteceu no tapamento daquela passagem de nível foi um acordo entre a Câmara Municipal de Aveiro e a REFER. É tão simples quanto isto. Um mau acordo, um disparate, mas é um acordo. Está documentado e a REFER sabe porque o acordo tem a assinatura dos dois. É o que é. A REFER é um dos problemas mais complicados que temos. Relembro que devemos dez vírgula trinta e cinco milhões de euros à REFER, há mais de dez anos. Temos essa dívida. Esse número não está afeto por juros. Temos que ter uma relação muito delicada com a REFER para procurarmos soluções totais para tudo. Quem vai falar com a REFER por causa de uma passagem de nível e a REFER fala que a senhora

câmara lhe deve dez vírgula trinta e cinco milhões já estão a ver a nossa incapacidade para resolvermos os pequenos problemas quando temos sido incapazes de resolver os grandes problemas. Estamos também a fazer um estudo viário para podermos, por reformulação dos circuitos viários naquela zona envolvente às escolas e que, depois, integra o centro urbano de Esgueira, procurar ter, por aí, respostas boas àquilo que foram os constrangimentos maus que surgiram para a vivência urbana e viária daquela zona central de Esgueira.

Em relação às Agradecimentos tem sido penoso. Não conseguimos, ainda, resolver o problema com o IMTT e vamos ter agora uma reunião ao mais alto nível das três entidades envolvidas, Câmara, ASCENDI e IMTT, porque as nossas equipas técnicas não conseguiram chegar a acordo, não conseguiram demover o chumbo do IMTT àquilo que a Câmara fez, e fez, não exacta e tecnicamente mal, embora haja defeitos técnicos, mas porque decidiu fazer uma obra sem licença. Obviamente, não há nenhuma entidade licenciadora em Portugal ou no Mundo que goste de semelhante desvario institucional como aquele que aqui aconteceu em relação a esta matéria. Estou convencido que essa reunião de trabalho e essa interacção vai conduzir a resultados e vamos conseguir resolver o problema que temos em mãos.

Duas ou três notas sobre as questões do período de antes da ordem do dia, sumárias também. Uma em relação à informação. Apenas para dar nota que damos a informação mínima, a comunicação social faz o seu trabalho que nós sempre respeitamos. E sai muita informação que nós não damos. Reuniões com o Beira Mar, com a Peralizi, com os bombeiros, reuniões internas com os funcionários da Câmara, nada disso saiu por informação nossa. A comunicação social tem os seus circuitos e, portanto, é a vida. Agora, as nossas notas de imprensa, além de mais estão no site, podem lê-las, é uma política de comunicação simples, tranquila, até porque, além do mais, não temos questões muito relevantes para comunicar, ainda não estamos a esse nível. Lá iremos. Lá vai chegar o tempo em que vamos ter muitas coisas para comunicar e muitas boas coisas para comunicar. Então aí alguma malta vai-se incomodar muito porque comunicaremos muitas coisas e muitas coisas boas. Garanto-vos que esse tempo vai chegar. Garanto-vos em absoluto.

O Dr. Marques Pereira falou dos semáforos. Dar-lhe informação de que nós temos problemas em seis semáforos, dos quais cinco derivaram da consequência da intempérie dos últimos dois meses e um tem nove meses de doença. Eu sei que alguns de nós andam sempre no centro da cidade mas nós não. Nós andamos em todo o Município. E temos uma avaria no cruzamento junto à escola das Quintãs há nove meses que o semáforo está fundido. Eventualmente nunca ninguém trouxe a questão à Assembleia Municipal. Está o problema já cadastrado, custa três mil e cem euros a sua resolução e, nas próximas semanas, vão ver estes seis cruzamentos todos a funcionar. Usando o seu raciocínio, que achei muita graça por termos hoje Assembleia Municipal, eventualmente se fosse Natal o Menino Jesus teria posto logo as luzes todas a piscar. Mas isto não vai lá nem com Assembleias Municipais nem com Natais, é preciso cadastrar os problemas, chamar as empresas especialistas, arranjar a solução técnica para cada um dos semáforos, alguns deles têm muitos anos e têm componentes que são descontinuados, não é só tirar o pequeno circuito que está avariado é preciso mudar um sistema todo. Não sei se viram em muitos outros municípios, alguns deles nossos vizinhos, houve muitos semáforos que deixaram de funcionar nestes últimos quatro meses. Devo dizer-vos que todas as componentes de produção de despesa estão terminadas, assinadas, e nas próximas semanas os nossos seis semáforos com doença, nomeadamente o de doença mais prolongada que é o das Quintãs, vão estar todos a funcionar e quando surgir a próxima avaria nós vamos resolvê-la. Proximamente

também verão a desactivação de algumas unidades semaforicas. Estamos a terminar um trabalho e vamos também desactivar alguns semáforos por uma questão simples: não servem para nada de relevante, são problemas para o tráfego, consomem energia. Vão ver alguns desactivados não porque têm avaria mas porque os vamos desactivar. E não vamos activar aquele que foi construído com fundos comunitários, que está na entrada da cidade quem vem da A25, pela Rotunda das Pirâmides. Esse não vamos activar porque somos contra. Mas não podemos tirar os elementos enquanto não cessar o processo formal de financiamento com o PO. Vão lá ficar os elementos mas não os verão a piscar, não é por estarem avariados é porque nós não os vamos ligar porque aquele semáforo só seria para atrapalhar o tráfego e não para contribuir para a elevação dos níveis de segurança de quem circula naquela zona.

Dr. Ana Maia Seíça Neves, nós, em relação às audiências, os Srs. Vereadores já estão em fluxo total, qualquer um dos quatro Vereadores já estão em fluxo normal de marcação de audiências e de reacção. Quem não está sou eu porque nas primeiras seis semanas do meu trabalho como presidente da câmara recebi cento e oitenta pedidos de audiência. E não é possível, obviamente. É natural, é um fluxo natural, há muito tempo que ninguém falava com as pessoas ou falava para dizer coisa nenhuma. Há uma necessidade grande de falar com o poder. Algumas coisas já vamos ajudando o fluxo a ter resposta, nomeadamente por trabalho dos Srs. Vereadores. Nas áreas de especialidade vamos encaminhando os munícipes para os Srs. Vereadores, mas há questões que vou ter mesmo de ser eu. Por exemplo, a Sra. Dra. também está à espera de uma audiência. Vou ter de ser eu mesmo. O seu cliente. Vou ter de ser eu próprio a tratar. Já recebi o Dr. Jorge Nascimento e os seus clientes, tenho que ser eu próprio a tratar porque são problemas muito graves, mas há outros que não são exactamente desse género. Esse nosso trabalho é um trabalho de total respeitabilidade mas temos que usar o tempo para fazermos bem o nosso trabalho e termos reuniões que servem para algo. É o pior que há nós termos reuniões que não servem para nada a não ser cumprimentar as pessoas. Nós temos, de facto, que ter a nossa máquina com capacidade para responder.

Faltam duas questões apenas. A falta de iluminação das três áreas que a Dra. Ana Maria referenciou estão devidamente cadastradas por nós. Duas delas é trabalho da EDP, uma delas é trabalho nosso, nomeadamente a que referenciou em relação ao Canal de S. Roque. Está já o procedimento da compra das luminárias novas, que não há volta a dar-lhe, as que lá estão acabaram a sua vida. Está já o procedimento administrativo terminado e, portanto, dentro de pouco tempo a entidade que vai ganhar esse procedimento vai fazer o seu trabalho de instalação e temos esse problema resolvido. Quanto à taxa turística relembro que a taxa turística é regulamentar e é no âmbito da alteração regulamentar que estamos a fazer esse trabalho, que na componente dos operadores turísticos, quer na componente da hotelaria. Estamos a trabalhar bastante nesse dossiê e esperemos também que dentro do nosso objectivo de, na reforma que cá virá em abril, vir cá também a alteração regulamentar para tratarmos dessa matéria. Quanto às pessoas trajadas à moda do Porto incomoda menos do que alguns trajados à moda italiana e, por isso, alguns dos nossos turistas comentam, com piada, que tiveram muito gosto em passear nas gôndolas de Aveiro. Esse trabalho de qualificação cultural é uma preocupação que temos e que vamos trabalhar depois de tratarmos de repor a legalidade das concessões, porque neste momento a operação padece também de questões de natureza legal. Muito obrigado, Sr. Presidente.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [058](#)

“Não posso, nunca deixarei de dizer isto. É que no anterior regimento teria agora cinco minutos para dizer alguma coisa substancial.”

Vogal João Barbosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [059](#)

“Sr. Presidente da Câmara, eu também tomei nota daquilo que o Sr. disse. Não me respondeu àquilo que eu disse sobre os cartões de residentes e os parcómetros, mas veio dizer que a Glória fez uma gestão correcta e que a Freguesia da Vera Cruz fez dois mil cartões. Não fez dois mil cartões. O Sr. disse dois mil cartões. Quando eu deixei a Vera Cruz tinha mil trezentos e quarenta cartões. E quero-lhe dizer, Sr. Presidente da Câmara, que quando o Sr. compara uma gestão que foi bem feita pela Glória com a gestão que, à partida parece, não foi tão bem feita pela Vera Cruz, é o mesmo quando o Sr. compara a camarazinha de Ílhavo à grande câmara de Aveiro. Nós temos na Vera Cruz, sendo uma freguesia terrena, mais pequena que a Glória, temos oitenta por cento da freguesia parconizada e temos quatro ruas, na Glória, parconizada. Logo aí há uma diferença muito grande. E quero-lhe dizer que o sr. diz que vai agora alterar ou modificar o cartão de residente. A Câmara está a proceder aos cartões com o novo regulamento. Eu tenho aqui os dois um ao lado do outro. E o novo regulamento já foi alterado. Aliás, posso-lhe dizer que fui para tirar o meu cartão de residente e não o tirei porque eu levava aquilo que deve ser que é o atestado de residência, o cartão de residente, o cartão de recenseado, que era aquilo que era pedido anteriormente, e agora pediram-me o pin do cartão de cidadão. E eu, como achei que estava ilegal, não o tirei. Portanto, Sr. Presidente eu disse-o há bocado. Tenho ética e tento ser coerente não sou demagogo. Eu quero-lhe citar aqui uma frase que é: «para dialogar é preciso ter coração aberto e saber escutar».”

Não havendo mais intervenções, o presidente da Mesa deu por encerrada [060](#) a primeira reunião da Sessão Ordinária Fevereiro, informando que a próxima reunião da sessão será no dia 05 de março (4.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 00:30 horas do dia 01 de março de 2014.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:45)